

Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais na Amazônia brasileira

Impactos da patrimonialização
de um Sistema Agrícola

Relatora científica:
Laure Emperaire, IRD

Referente:
Ghislaine Thirion, IRD



COLLECTION **Chemins d'impacts**

www.editions.ird.fr

**Agrobiodiversidade
e Conhecimentos Tradicionais
na Amazônia brasileira**

Impactos da patrimonialização
de um Sistema Agrícola



Mandiocas na roça de Conceição Carvalho (Tapereira, Santa Isabel do Rio Negro, 2006).
© IRD/L. Emperaire

Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais na Amazônia brasileira

Impactos da patrimonialização de um Sistema Agrícola

Grupo do estudo realizado entre 2022 e 2025

Relatora científica:
Laure Emperaire, IRD

Referente:
Ghislaine Thirion, IRD

Referentes metodológicos:
Laurent Laplaze, IRD
Laurent Vidal, IRD

Coordenador brasileiro do projeto CNPq-Unicamp/IRD
Mauro Almeida, Universidade Estadual de Campinas

IRD

Collection *Chemins d'impacts*

Marseille, 2025

Agradecimentos

Nossos sinceros agradecimentos aquelas e aqueles, de diversos horizontes, que aceitaram participar desses diálogos sobre o Pacta, aos colegas, às instituições parceiras, aos membros das associações indígenas e às agricultoras e agricultores dos povos indígenas do Rio Negro que contribuíram para construir esta linha de pesquisa, assim como aos referentes pelas suas leituras atentas e a Perine Sanglier (IRD) com quem esta análise foi iniciada.

Coordenação editorial

IRD/Ghislaine Thirion

Coordenação de produção

IRD/J. Portal Cabanel

Tradução

Fluent Planet

Projeto gráfico

Aline Lugand

Produção gráfica

Charlotte Devanz

Fotografia da capa :

Aturá de frutos oriundos da roça de Angelina da Silva Gervásio: açai (Euterpe precatoria), cupuaçu (Theobroma grandiflorum), umari (Poraqueiba sericea), Santa Isabel do Rio Negro, Amazonas, março 2007.

© IRD/L. Emperaire

Publicação de acesso livre segundo os termos da licença Creative Commons CC BY-NC-ND 4.0, disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.fr>. Essa licença permite a difusão da obra, desde que sejam mencionados os autores e editores e incluído um link para a licença CC BY-NC-ND 4.0. Não é permitida qualquer modificação e a obra deve ser distribuída em sua totalidade. Não é autorizada qualquer exploração comercial.



© IRD, 2025

ISBN PDF : 978-2-7099-3103-8

ISBN epub : 978-2-7099-3104-5

Nota introdutória

Em 2017, o IRD lançou um projeto piloto com o objetivo de identificar e analisar o impacto das pesquisas realizadas nas sociedades dos países do Sul. A abordagem adotada foi fundamentada em estudos de caso ex post, ou seja, “após os fatos”.

Os estudos de caso selecionados para este projeto são representativos das grandes áreas científicas nas quais atua o IRD tendo, como problemática, o desenvolvimento sustentável e, como abordagem, a realização de pesquisas em parceria. Essas análises de impacto foram inspiradas nos enfoques metodológicos desenvolvidos no campo da pesquisa agrônômica pelo INRAE (ASIRPA – Análise dos Impactos da Pesquisa Pública Agrônômica) e pelo CIRAD (ImpresS – Impacto da Pesquisa no Sul). Os estudos analisados foram escolhidos em decorrência dos impactos comprovados das pesquisas realizadas pelo IRD e seus parceiros relatados pela comunidade científica.

Nesse contexto geral, o trabalho de avaliação dos impactos consistiu na identificação dos atores e elementos em jogo, com destaque nas interações que contribuíram para o processo que vai da pesquisa até seu impacto social. Assim, são descritos o contexto, as contribuições dos atores para a realização da pesquisa, os produtos gerados por ela, os atores que criaram as condições para a apropriação e transformação dos resultados da pesquisa e, por fim, seus impactos.

O “caminho de impacto” assim traçado e a “cronologia” a ele associada são instrumentos-chave para caracterizar as redes de atores e os processos que produzem impactos. Estes foram categorizados em grandes campos: político, institucional, ambiental, econômico, social, sanitário, educacional, cultural, fortalecimento de capacidades e acadêmico.

Cada impacto identificado e descrito foi documentado a partir de entrevistas com os atores do caminho de impacto.

Para saber mais sobre a metodologia seguida na realização destes estudos, consultar o “Guia metodológico Miriades - Análise multidimensional dos impactos da pesquisa e de suas inovações no desenvolvimento das sociedades do Sul” publicado na coleção Caminhos de Impacto.

Agradecemos a todos aqueles que contribuíram para reforçar os laços entre pesquisa e sociedade e destacar a diversidade desses aportes mútuos.

Coordenação de avaliação e programação da pesquisa

Índice

Nota introdutória	5
Resumo	8
Contexto	10
Contexto sociopolítico e jurídico	10
Contexto científico	11
Contexto da cooperação científica	12
Estruturação do projeto Populações, Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais Associados	13
Contribuições dos atores	17
Estado da arte e temas emergentes	17
Questões científicas	19
Atores	20
Produtos da pesquisa	25
Conhecimentos científicos	25
Produção destinada aos parceiros locais	26
Expertise	27
O termo de consentimento prévio informado	27
Agricultura, patrimônio e pesquisa colaborativa	28
O reconhecimento de uma Terra Indígena	31
Formação acadêmica	31

Circulação dos conhecimentos e intermediários	35
Instituições governamentais	36
Instituições científicas	37
Associações locais	37
Organizações não governamentais	38
Primeiros impactos	39
Impacto institucional e político	39
O SAT-RN, um novo objeto patrimonial	39
Do local ao supralocal	40
Impacto econômico	42
Impacto sociocultural e ambiental	43
O SAT-RN, uma construção	43
O papel das mulheres	43
Populações tradicionais e agrobiodiversidade no tempo longo	44
A construção de um argumentário supralocal	44
Impacto no fortalecimento local das capacidades de pesquisa	45
Impacto acadêmico	45
Impactos ampliados e potenciais	46
Anexos	51
Participantes do Pacta, instituições, disciplinas, temas e locais de pesquisa	51
Entrevistas realizadas	55
Documentos citados	56
Siglas	60

Resumo

O projeto de pesquisa Pacta “Populações, Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais Associados” (2005-2019) foi realizado no âmbito da cooperação bilateral entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) por um lado e o Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD) por outro. Ele reuniu pesquisadores brasileiros e franceses em torno de uma preocupação comum: a erosão genética e cultural da diversidade agrobiológica cultivada pelas populações tradicionais. O papel das comunidades tradicionais na existência de uma ampla base genética e na soberania alimentar, local ou nacional, começa de fato apenas a ser reconhecido. Além da noção de recurso produtivo, as pesquisas ressaltaram a diversidade das configurações entre diversidade cultural e diversidade agrobiológica.

O contexto sociopolítico brasileiro da pesquisa foi marcado pelos seguintes elementos: 1) o debate sobre os direitos intelectuais referentes a recursos biológicos e as autorizações de acesso aos conhecimentos tradicionais a eles associados; 2) a consolidação política das associações indígenas e das comunidades; 3) a implementação de instrumentos de certificação com finalidades econômicas (indicações geográficas) ou culturais (inscrição no patrimônio nacional).

A pesquisa foi inicialmente conduzida (2005-2009 em duas regiões, na Amazônia do Noroeste, no contexto dos povos indígenas do Rio Negro e no alto Juruá, na Amazônia do Sudoeste, junto a pequenos agricultores, descendentes de seringueiros. O objetivo era caracterizar a agrobiodiversidade e suas formas de

manejo. Posteriormente, o projeto expandiu-se para outras regiões do Brasil, visando a identificação de uma pluralidade de modelos de manejo. A abordagem interdisciplinar visava entender o funcionamento do sistema agrícola local nos seus componentes materiais e imateriais.

No caso do Rio Negro, aqui desenvolvido, a abordagem interdisciplinar levou ao reconhecimento patrimonial de um sistema agrícola indígena num contexto marcado por mudanças rápidas ligadas em grande parte ao crescente papel da cidade, às ações de “modernização” da agricultura, aos desafios da transmissão dos conhecimentos tradicionais, ou ainda à necessidade de uma fonte de renda criando assim as condições de fragilização genética e cultural dessa diversidade agrobiológica. Daí o desafio de dar visibilidade a essas agriculturas marginalizadas por meio de um reconhecimento como patrimônio imaterial do Brasil. Assim, o projeto teve como foco questionar o futuro de um sistema agrícola tradicional num contexto de globalização. De fato, a diversidade dos recursos materiais e imateriais mobilizados nesses sistemas mostra que eles trazem soluções e inovações de interesse nacional, como exemplificam as práticas agroecológicas que se inspiram fortemente neles.

A complementaridade das competências dos parceiros brasileiros e franceses permitiu a realização do projeto. As pesquisas colaborativas visando ao diálogo entre saberes locais e científicos foram fortemente impulsionadas pelos pesquisadores brasileiros, enquanto a questão patrimonial esteve, pelo menos no início do Pacta, mais ligada à experiência do lado francês.

As atividades de pesquisa tiveram como impactos: 1) o primeiro reconhecimento de um sistema agrícola tradicional como patrimônio imaterial da nação, destacando o papel crucial das populações tradicionais, especialmente das mulheres, na existência de uma diversidade de plantas cultivadas; 2) o fortalecimento dos diálogos interdisciplinares entre ciências naturais e ciências humanas e, multiculturais, entre saberes científicos e locais; 3) a análise das relações que interligam plantas cultivadas e sociedades tradicionais. Os impactos aqui apresentados decorrem de diálogos com os atores científicos, os gestores e as populações locais, que participaram do projeto ou que acompanharam seu desenvolvimento.

Contexto

Contexto sociopolítico e jurídico

O projeto científico se ancora num contexto sociopolítico marcado pela Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB – Rio de Janeiro, 1992) e, apenas quatro anos antes, pela promulgação da nova constituição brasileira em 1988 que, no campo cultural, promoveu o reconhecimento da diversidade cultural do país, a criação de instâncias participativas e a formulação de novas concepções sobre o patrimônio imaterial.

O Brasil baseia grande parte de sua potência econômica como país emergente no desenvolvimento voluntarista de uma agricultura moderna. À margem deste modelo, a diversidade dos grupos culturais tradicionais¹, povos indígenas, *quilombolas* e comunidades tradicionais (s.s.), é responsável por uma imensa variedade de formas de produzir. Suas agriculturas se diferenciam por conhecimentos, normas e valores, práticas de manejo do espaço e de produção de uma diversidade agrobiológica, técnicas e artefatos ligados à transformação dos produtos e a sistemas alimentares próprios a cada grupo cultural. Apesar da ratificação pelo Brasil do Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos (FAO), cujo artigo 9.º reconhece “a enorme contribuição que as comunidades locais e indígenas

1. Esses três segmentos são reconhecidos pelo direito brasileiro, e usaremos a expressão “populações tradicionais” para designá-los. CARNEIRO DA CUNHA & ALMEIDA (2000) os caracterizam como grupos cuja existência se apoia em “técnicas de baixo impacto ambiental, formas igualitárias de organização social, a presença de instituições legítimas para aplicar suas leis, uma autoridade local e, finalmente, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados ao longo do tempo” (tradução do texto original).

[...] têm dado e continuarão a dar para a conservação e valorização dos recursos *fitogenéticos* [...]”, a perspectiva dominante sobre as plantas cultivadas é focada sobre a noção de recurso e ainda pouco atende às suas condições imateriais de existência, ou seja, as práticas, conhecimentos, normas e relações sociais que as fundamentam. O contexto político pós-1992 é marcado por novas alianças entre povos indígenas, populações tradicionais e pesquisadores. Diante do avanço das frentes agrícolas na Amazônia, discutem-se alternativas para a valorização da floresta. As associações indígenas se consolidam e os debates sobre a conservação da biodiversidade integram uma dimensão social, articulação que fundamenta o pensamento socioambiental. Trata-se de reconhecer e garantir os direitos das populações tradicionais sobre seus territórios e o respeito a seus modos de vida.

O artigo n.º 8 (j) da CDB promove o respeito, a preservação e a manutenção dos conhecimentos, inovações e práticas das comunidades indígenas e locais, bem como o consentimento e a participação dos detentores desses conhecimentos e o compartilhamento justo dos benefícios. A questão dos conhecimentos tradicionais também é discutida na Organização Mundial do Comércio (OMC), com o Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Adpic) e na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (Ompi), gerando debates entre os países do Norte e do Sul.

A promulgação da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001 e a criação do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) inserem-se nesse contexto. A Medida Provisória estipulava que as populações tradicionais devem ser consultadas antes de qualquer pesquisa que implique acesso a conhecimentos associados à biodiversidade. A obrigação jurídica de consulta e de elaboração de um “Termo de Consentimento Prévio Informado” (TCPI), somada a uma obrigação ética, moldou as dinâmicas do Pacta.

Oriundo também do período de redemocratização do país, o Decreto nº 3.551/2000 institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constitui o patrimônio cultural da nação e abre para as associações a possibilidade de solicitarem ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) esse registro.

Contexto científico

O debate sobre a perda da diversidade agrobiológica remete à década de 1980, mas o reconhecimento da contribuição dos sistemas agrícolas tradicionais para

a manutenção de uma ampla base genética é mais tardio e se expressa nos anos 2000. No entanto, a agrobiodiversidade é considerada principalmente no ângulo de sua materialidade biológica, e pouco como uma produção cultural diferenciada, que permite a adaptação a novos contextos ecológicos, econômicos e socioculturais. A conservação baseada nos bancos de germoplasma, *ex situ*, ainda concentra a maior parte dos investimentos financeiros e científicos das instituições de pesquisa, enquanto as modalidades *on farm* (asseguradas pelas populações locais) têm pouca visibilidade.

Os conhecimentos sobre a diversidade das plantas cultivadas, aquelas em interação cotidiana com os seres humanos, são paradoxalmente mais escassos que os dados sobre uma diversidade biológica considerada não subordinada a essas interações. Para a Amazônia brasileira, com 4 200 000 km², onde vivem cerca de 160 povos indígenas (aproximadamente 900 000 indivíduos, Agência de Notícias IBGE, 2023) e numerosas comunidades tradicionais, apenas umas sessenta referências bibliográficas mencionam a diversidade das plantas cultivadas (EMPERAIRE, 2017). Essa diversidade resulta de trajetórias históricas, de escolhas culturais e de adaptações ecológicas resultantes da ação humana (enriquecimento dos solos, manejo do ciclo roça-floresta, etc.). Cada grupo cultural administra, cuida, conserva e enriquece de forma dinâmica uma diversidade de plantas que lhe é própria. Atualmente, a agrobiodiversidade sofre pressões de erosão devido, entre outros fatores, a contatos mais próximos com a cidade, inserção numa economia de mercado, mudanças no acesso à terra e políticas agrícolas que nem sempre levam em conta as especificidades culturais locais.

Contexto da cooperação científica

A cooperação bilateral Orstom/IRD-CNPq remonta à década de 1980, com projetos desenvolvidos na Amazônia em ciências humanas e sociais com dois parceiros principais, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) (Leprun, 1994).

O Pacta beneficiou-se, pela parte IRD, da experiência científica e institucional de três projetos. O primeiro, realizado em parceria entre o INPA e o IRD²

2. Projeto *Extrativismo na Amazônia Central, viabilidade e otimização* (coord. J.-P. Lescure) componente do programa global

(1990-1995) e desenvolvido no Rio Negro, focava na exploração de recursos florestais não madeireiros para fins comerciais, como alternativa a modelos não sustentáveis de valorização econômica da floresta. Ora, a exploração desses recursos pelas populações locais só podia ser compreendida dentro do contexto mais amplo do sistema produtivo local com sua componente agrícola, temática central do Pacta. O segundo, *Can traditional forest-dwellers self-manage conservation areas? A probing experiment in the Juruá Extractive Reserve, Acre, Brazil (1991-1996)* foi liderado por M. Carneiro da Cunha (USP), K. Brown e M. Almeida (Unicamp), com financiamento da Fundação McArthur. O objetivo, com base em pesquisas colaborativas e multidisciplinares, era evidenciar a sustentabilidade das práticas locais de manejo do espaço florestal e a riqueza dos conhecimentos tradicionais associados no contexto da implementação da primeira Resex³. O último (1998-2001) focou na diversidade de saberes e práticas associada ao cultivo da mandioca⁴ e foi realizado no âmbito de uma parceria entre o IRD e o Instituto Socioambiental (ISA), uma ONG muito ativa no reconhecimento dos direitos das populações tradicionais e credenciada como instituição de pesquisa pelo CNPq.

Estruturação do projeto “Populações, Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais Associados”

O Pacta (2005-2019, CNPq-Unicamp/IRD) foi estruturado em 2005 e se fundamentou nas seguintes premissas: 1)os sistemas agrícolas tradicionais⁵ (SAT) são uma componente importante da diversidade cultural e biológica do país; 2)representam, para as populações locais, um patrimônio cultural herdado do

Dinâmicas das Modificações Ecológicas Relacionadas à Exploração Agrossilvicultural da Floresta CNPq-Inpa-Orstom (coords. A. J. Ferraz e A. Chauvel), financiamentos CNPq, Unesco, Orstom-Durr, programa SOFT/UE.

3. As Reservas Extrativistas (Resex) são territórios concedidos coletivamente a populações que tradicionalmente dependem dos recursos florestais, com a responsabilidade de assegurar a exploração sustentável desses recursos. A primeira reserva, a do Alto Juruá no Acre, foi criada em 1989.

4. *Gestão dos recursos biológicos na Amazônia: a diversidade varietal da mandioca e sua integração nos sistemas de produção*, CNPq, ISA/Orstom, coord. G. Andreollo e L. Emperaire (financiamentos CNPq, ISA, Orstom, BRG AAP 2005).

5. A expressão “sistema agrícola tradicional” tem sido empregada na literatura tanto em contextos temperados quanto tropicais. No entanto, ela foi principalmente promovida pela FAO em seu programa Sistemas Engenhosos do Patrimônio Agrícola Mundial, cujo enfoque, mais centrado no fato agrícola, não coincide exatamente com o do Pacta. Em ambas as situações, o termo “tradicional” é compreendido como algo dinâmico e continuamente renovado.

passado que se embasa não apenas em soluções técnicas, mas também em relações de convivência com o meio ambiente de interesse frente às mudanças globais; 3) sua dimensão puramente produtiva não é suficiente para dar conta de suas dinâmicas. A denominação SAT permitiu ampliar o conceito mais restritivo de “agricultura”. O projeto tomou como indicador do funcionamento desse SAT o conjunto dos processos na base da existência da diversidade agrobiológica presente, analisada na escala da unidade doméstica.

O Pacta ocorreu em três fases⁶. Contou com a participação de pesquisadores e estudantes da Unicamp e outras instituições brasileiras e francesas (Anexo p. 51 e p. 54). Na interface entre ciências biológicas e ciências humanas e sociais, o Pacta teve como objetivo entender o complexo formado pela agrobiodiversidade, a alimentação, a cultura material e as normas e os conceitos que orientam sua realização local. Essa estrutura permitiu dialogar com políticas públicas, principalmente culturais. O projeto foi desenvolvido junto a povos indígenas (Mebêngôkre, Ye’kuana, Kuikuro, Sateré-Mawé e o complexo multicultural do Rio Negro), a comunidades de seringueiros e pequenos agricultores e, no contexto institucional, a Embrapa.

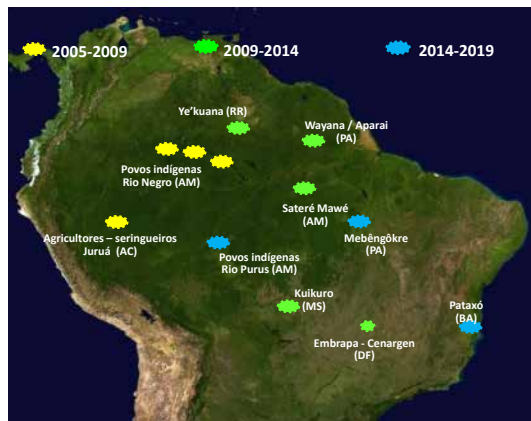


Figura 1
Mapa das localidades de pesquisa do Pacta no decorrer de suas três fases.
@ Documento Pacta.

6. Fases e financiamentos do Pacta (coord. M. Almeida, N. Farage/L. Emperaire):

- 2005-2009 – *Construções e dinâmicas da agrobiodiversidade na Amazônia brasileira;*
 - 2009-2014 – *Sistemas agrícolas tradicionais, normas, conceitos e práticas de produção da agrobiodiversidade;*
 - 2014-2019 – *Sistemas agrícolas locais em uma agricultura globalizada: transformações, emergências e conectividades.*
- Financiamentos brasileiros: CNPq bilateral; apoio de dois projetos brasileiros - Fundação Ford e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação/resp. M. Carneiro da Cunha – USP.
Financiamentos franceses: IRD (UMR Paloc); Ministério da Cultura e Comunicação – Edital Práticas interculturais nas instituições; CNRS – Edital Programa Cidade e meio ambiente; Fundação Hermès – Edital Biodiversidade e saberes locais; Ministério das Relações Exteriores – Arcus; Institut français de la biodiversité – ANR Biodivalloc; BRG, Edital Manejo e conservação de recursos genéticos animais e vegetais e Edital Complementaridades entre conservações *ex situ* e *on farm*.

conforme as fases do projeto, exceto no Rio Negro, onde os trabalhos ocorreram de forma contínua entre 2005 e 2019 (Figura 1). Os estudos realizados em diferentes regiões se fortaleceram mutuamente e contribuíram para dar visibilidade a agriculturas marginalizadas. O Pacta se articulou também com projetos de pesquisa brasileiros⁷ que propiciaram intercâmbios científicos. Por fim ressaltamos que o termo "agricultura" deve ser entendido como uma das diversas atividades produtivas praticadas pelas populações tradicionais em seus territórios (caça, pesca, etc.).

7. – *Effects of intellectual and cultural rights protection on traditional people and traditional knowledge. Case studies in Brazil* financiado pela Fundação Ford e *Bases para um programa brasileiro de pesquisa intercultural e de fortalecimento da produção local de conhecimentos* financiado pelo MCTI (coord. M. Carneiro da Cunha, antropóloga USP/Universidade de Chicago).
– *Collections des autres et mémoires de rencontres : objets, plantes et récits d'Amazonie* (Colam), financiado pelo Observatório dos Patrimônios (Opus) de Sorbonne Universidade (coord. P. d Robert).

Contribuições dos atores

Estado da arte e temas emergentes

O corpus bibliográfico referente a agrobiodiversidade, alimentação e cultura material associadas provem principalmente de estudos antropológicos e etnológicos. As primeiras sínteses remontam aos anos 1950-1960, com os trabalhos de Sauer (1950) e Galvão (1960). Pesquisas mais recentes adotaram abordagens interdisciplinares que combinam território, governança e biodiversidade, destacando as especificidades ecológicas e socioculturais de cada contexto.

As pesquisas referentes à estrutura e à dinâmica da agrobiodiversidade mantida por populações tradicionais se organizam em cinco temas interdependentes citados a seguir.

Os componentes dos sistemas agrícolas (plantas cultivadas, alimentação, cultura material, conhecimentos, práticas e representações) foram alvos de vários estudos na década de 2000, principalmente com foco na espécie considerada como central no contexto de um referido grupo cultural. Os trabalhos geraram um rico corpus de dados, porém com metodologias heterogêneas. Desde 2015, novas perspectivas sobre as relações entre plantas e sociedades foram desenvolvidas no campo de uma antropologia da natureza que contesta os modelos desenvolvimentistas e se apoia numa perspectiva multiespécie (CABRAL DE OLIVEIRA *et al.*, 2020, 2024 entre outros).

Um outro eixo de leitura, o das contribuições das populações tradicionais para a agrobiodiversidade no tempo longo, se apoia em análises genéticas de espécies como a mandioca, a cuiera e outras, em análises de fontes históricas e estudos de ecologia histórica e de arqueobotânica. No Rio Negro, as análises genéticas mostraram coerência entre as denominações locais e os marcadores genéticos⁸. Novas abordagens da noção de domesticação⁹ estão sendo discutidas à luz de uma visão global dos socioecossistemas florestais amazônicos que dilui as fronteiras entre selvagem e domesticado, entre natural e cultural.

Um terceiro campo de pesquisa é o da agricultura de corte e queima, objeto de análises divergentes desde os anos 1970. Hoje, essa prática, frequentemente vista como arcaica, desperta um forte interesse e é analisada como uma prática de manejo florestal seletivo (SCHMIDT *et al.*, 2021).

Outro tema é o da análise dos regimes de direitos associados à agrobiodiversidade. Foi desenvolvido no Brasil a partir dos anos 2000-2005 principalmente com os trabalhos de J. SANTILLI (2012). Hoje esses estudos ultrapassam o campo jurídico e dialogam com a antropologia da natureza com foco nos direitos dos seres vivos (o "vivant") aqui, as plantas, e suas agências.

Por fim, a pesquisa se inseriu nas novas dinâmicas de pesquisas colaborativas, ou multiculturais, impulsionadas pelos detentores de conhecimentos tradicionais, acadêmicos ou dos movimentos sociais. Assim, o estado da arte não se limita a conhecimentos mas se amplia para as formas de produção desse saber.

No que diz respeito ao Rio Negro, ressaltamos que a Amazônia do noroeste é intensamente "investida" pelas ciências humanas e sociais. Vários trabalhos se referem às relações entre sociedades e plantas entre os quais os de RIBEIRO (1995), DESMOULIÈRE (2001) e ELOY (2005). A série de volumes editados pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn). "Narradores indígenas do Rio

8. Uma resposta ao edital do BRG de 1998 permitiu ampliar a pesquisa para o norte e o leste da Amazônia. Estudos realizados em cerca de vinte localidades, incluindo o Rio Negro, levaram a uma abordagem comparativa sobre o manejo da mandioca, integrando etnobotânica, ecologia evolutiva, genética de populações e antropologia. Participaram no projeto no Brasil L. Emperaire (Orstom), F. Pinton (AgroParisTech), S. Desmoulière (doutorando MNHN), L. van Velthem (MPEG), G. Santos Mühlen (IAC), G. Andreollo (ISA); no projeto na Guiana, D. McKey (Universidade de Montpellier), L. Rival (London School of Economics), M. Elias (doutoranda Cefe), B. Pujol (doutorando Cefe), T. Robert (Universidade de Orsay); no projeto Guiana Francesa, M. Fleury (MNHN). Os aspectos socioeconômicos das agriculturas tradicionais baseadas na mandioca foram desenvolvidos num projeto coordenado por F. PINTON (2001) e apoiado pelo programa Environment, Vie et Sociétés do CNRS.

9. As definições de domesticação variam conforme as disciplinas. Aqui, a domesticação é reconhecida como um processo de modificação do patrimônio genético de uma planta, resultado tanto do acaso quanto da intencionalidade, e que se insere em uma coevolução com populações humanas (SHOCK & WATLING, 2022).

Negro" sobre os corpus míticos locais é também uma fonte importante de informações sobre as trajetórias das plantas cultivadas. As pesquisas anteriormente desenvolvidas no Rio Negro entre 1990 e 1997 facilitaram nos planos científicos e relacionais a integração dos pesquisadores nas comunidades. Por fim, as pesquisas do Pacta no Rio Negro se beneficiaram obviamente, ao longo de uma trajetória iniciada em 1990, dos conhecimentos e experiências dos agricultores e agricultoras (p.52).

Questões científicas

A análise aqui apresentada refere-se apenas aos trabalhos realizados no Rio Negro e não constitui uma síntese das contribuições do Pacta nos diversos contextos socioecológicos citados (ALMEIDA & EMPERAIRE, 2022). No Rio Negro, passamos de uma problemática cujo objeto era a mandioca, planta central da agricultura local, para uma reflexão ampliada sobre as plantas cultivadas e as condições que possibilitam a existência de uma agrobiodiversidade singular. A reflexão fez emergir um novo objeto de pesquisa: um processo de patrimonialização, seja de valorização cultural, associado a uma agricultura local.

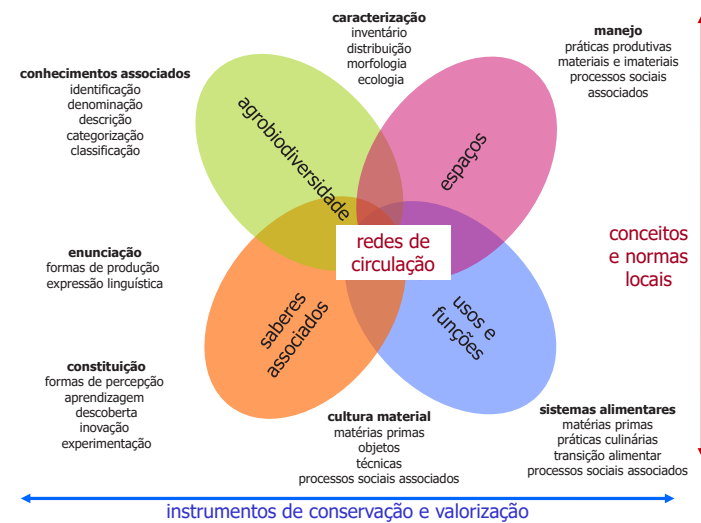


Figura 2
Estrutura global do projeto Pacta.
© Documento Pacta.

A abordagem baseia-se na noção de sistema agrícola tradicional (SAT), que abrange os domínios de expressão de conhecimentos diferenciados e interdependentes sobre a manejo do espaço, as plantas cultivadas, a cultura material e as formas de alimentação decorrentes. O objetivo era explicitar as normas e valores, os conceitos, as práticas, as relações sociais, as funções simbólicas e produtivas que formam um conjunto em constante reajuste (Figura 2): o presente – o momento da pesquisa – é apenas um instantâneo da trajetória de uma agricultura que representa um dos fundamentos das identidades indígenas do Rio Negro.

O SAT do Rio Negro (SAT-RN) enfrenta pressões de modernização, especialmente em contexto periurbano. O tema da reconfiguração do SAT nesse contexto surgiu a pedido do parceiro local do projeto, a Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (Acimrn), preocupado com a perda de diversidade de plantas cultivadas no entorno da cidade. Embora o espaço periurbano seja a priori considerado não tradicional, as pesquisas mostraram que também é um local de inovação e conservação da agrobiodiversidade.

O terceiro tema, o da patrimonialização, também emergiu a partir do diálogo com as associações indígenas sobre o futuro dessa agricultura portadora de um forte valor identitário. Discutiu-se então a possibilidade de solicitar o registro do sistema agrícola local como patrimônio cultural imaterial no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A questão da patrimonialização do SAT-RN tornou-se ao mesmo tempo objeto e processo de pesquisa, sem que esse aspecto tivesse sido identificado anteriormente no Pacta.

As pesquisas visaram:

- estabelecer um inventário da agrobiodiversidade presente em contextos florestais e periurbanos que possa servir de linha base;
- propor uma reflexão metodológica sobre a formalização dos dados sobre agrobiodiversidade;
- identificar os processos ecológicos e sociais que sustentam a diversidade agrobiológica;
- evidenciar a contribuição de políticas patrimoniais para a conservação de formas singulares de produção.

Atores

Os atores envolvidos na produção de conhecimentos são científicos (ISA, Unicamp, IRD e UnB, Universidade de Brasília), associativos oriundos dos

movimentos indígenas (Foirn, Acimrn e Asiba, Associação Indígena de Barcelos) e ligados a políticas públicas (Iphan, Embrapa). As quatro primeiras instituições citadas se articularam com a pesquisa via a cooperação bilateral franco-brasileira; as três associações indígenas foram envolvidas na elaboração do termo de consentimento prévio informado e no reconhecimento do bem patrimonial; as duas instituições governamentais foram atores centrais na patrimonialização e nos seus desdobramentos. A essas parcerias estruturais se somaram outras, não formalizadas, ligadas às instituições às quais pertenciam os pesquisadores ou doutorandos do Pacta¹⁰.

O ISA, uma Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), é um ator de longa data no Rio Negro. Desenvolve atividades científicas e de apoio organizacional e político para as associações indígenas além de coproduzir informações sobre os povos indígenas¹¹. Os primeiros intercâmbios resultaram, em 1997, na elaboração de um projeto CNPq-ISA/Orstom sobre a diversidade de plantas alimentícias de tubérculos. Visava inventariar essa diversidade em várias sub-regiões do Rio Negro e entender seus determinantes socioculturais. O projeto atendia a uma demanda do ISA sobre o papel das populações locais na produção de diversidade agrobiológica. A contribuição do ISA foi fundamental para a implementação da pesquisa realizada no Rio Negro. Sua atuação e articulações permitiram inserir os resultados da pesquisa numa reflexão de cunho mais político. Os juristas do ISA contribuíram para redefinir algumas de nossas problemáticas em função de questões nacionais e internacionais referentes à conservação da agrobiodiversidade e aos direitos intelectuais coletivos correspondentes. O envolvimento do ISA na redação do projeto permitiu aprofundar os marcos legais e éticos da pesquisa, num momento em que a biopirataria era tema candente. No nível local, o ISA foi o elemento central das interlocuções com as associações indígenas locais, Acimrn, Asiba e Foirn (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro) nos primeiros passos do Pacta e no processo de reconhecimento patrimonial inicialmente formulado pela Acimrn.

O departamento de Antropologia Social da Unicamp foi central no plano institucional no âmbito da cooperação bilateral e das solicitações de acesso aos conhecimentos

10. No Brasil, Embrapa, MPF, USP, MPEG, UFRJ e UnB; na França, IRD, CNRS, EHESS e Cirad.

11. 23 povos indígenas, com tantas línguas, vivem na Amazônia do noroeste: os Arapaso, Bará, Desana, Karapanã, Kubeo, Kotiria, Makuna, Miriti-Tapuya, Pira-tapuya, Siriono, Tariana, Tukano, Tuyuka pertencem ao tronco linguístico tukano, os Baré, Baniwa, Kuripaco e Werekena pertencem ao tronco arawak. Os Naduhup são representados pelos Nadöb, Hupda, Yuhupdeh e Dow. As principais línguas são o tukano, o baniwa, o nheengatu e o português. A população indígena é de aproximadamente 40 000 pessoas.

tradicionais associados à biodiversidade e no plano científico. Suas áreas de competência em antropologia complementavam as do ISA, mais voltadas para as questões de direitos das populações tradicionais, porém ambos compartilhavam uma mesma visão sobre a importância das pesquisas colaborativas. O vínculo com esse departamento foi construído com base no interesse mútuo em desenvolver pesquisas colaborativas e em construir um diálogo entre ciências humanas e sociais e ciências naturais. Foi dentro do grupo formado por pesquisadores e estudantes de doutorado ou mestrado do coordenador brasileiro, responsável pelo eixo Processos Sociais, Identidades e Representações do Mundo Rural do Departamento de Antropologia Social, que o projeto se estruturou, e agregou os locais de estudo dos estudantes proporcionando de certa forma uma pesquisa em rede sobre as relações plantas/sociedades. Os intercâmbios se deram ao longo de seminários e workshops realizados em Campinas e em Brasília, e em participações conjuntas em bancas de teses ou dissertações. Os vínculos do Pacta com os antropólogos da Unicamp e da USP também foram fortalecidos por dois projetos (cf. nota 7) que contribuíram significativamente para construir laços duradouros com os pesquisadores dessas instituições e para formar uma rede de competências sobre o tema plantas/sociedades.

Os vínculos com a UnB se concretizaram junto a duas unidades:

- o Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) no qual vários pesquisadores do Pacta ministraram aulas, especialmente no mestrado profissional em sustentabilidade para povos e territórios tradicionais (Mespt);
- o Departamento de Antropologia, cujos membros trabalham em temáticas afins.

O papel do IRD foi simétrico ao da Unicamp no plano institucional. Duas pesquisadoras da UMR Paloc (IRD/MNHN) e um pesquisador de direito da UMR Sens (ex-Gred) participaram do projeto. O início do Pacta coincidiu com o do programa de pesquisa Biodivalloc (2006-2009 coordenado por M.-C. Cormier-Salem e B. Roussel) que levantava a questão da valorização da biodiversidade e da agrobiodiversidade nos países do Sul a partir de uma abordagem multilocalizada de caráter émico, ou seja, focada na perspectiva local. A montante da questão da eficiência jurídica ou econômica dos instrumentos de valorização mobilizados e de seus impactos, questionava-se também o que constitui patrimônio para as populações locais. O Biodivalloc, liderado pela UR 169 (posteriormente Paloc), contou com a participação de pesquisadores e estudantes brasileiros (ISA, USP, UnB) do Pacta.

A visibilidade política das associações indígenas foi se afirmando a partir dos anos 1980. A Acimrn, fundada em 1994, foi o principal parceiro local do Pacta em três aspectos: para a implementação da pesquisa (obtenção do termo de

consentimento prévio informado para sua realização, mediação e apoio organizacional junto às comunidades locais); científico (definição de temas de pesquisa e participação de vários de seus membros ao Pacta); políticas culturais (a associação foi a peça central na solicitação de reconhecimento do SAT-RN como patrimônio imaterial e, junto com o ISA, incentivou, por meio de várias reuniões nas comunidades florestais e urbanas, a discussão dessa proposta). No entanto, esse reconhecimento se inscreveu numa perspectiva regional, que envolvia as populações indígenas dos três municípios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira e portanto requeria o aval da Foirn, federação fundada em 1987, que lidera a maior parte das associações indígenas da região. As três associações indígenas (Acimrn, Asiba e Foirn) e o ISA se articularam entre 2007 e 2010 para estruturar o projeto de registro do bem no Iphan.

Os intercâmbios com o Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) do Iphan iniciaram em 2003, ano da coorganização com a Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente do Encontro Nacional sobre Agrobiodiversidade e Diversidade Cultural que contou com a participação de representantes de comunidades locais, pesquisadores e membros de agências governamentais (MMA, 2006). Um marco dessa articulação foi a publicação de um dossiê “Patrimônio Imaterial e Biodiversidade” da Revista do Patrimônio do IPHAN (2005) sob a direção de M. Carneiro da Cunha. Posteriormente, o departamento foi um interlocutor¹² do Pacta em duas frentes. Por um lado, era responsável pelo acompanhamento das autorizações de pesquisa sobre conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade emitidas pelo CGEN; por outro, acompanhou a elaboração do dossiê de patrimonialização em 2009, o que permitiu desenvolver uma abordagem mais teórica sobre os contornos do patrimônio formado pelo SAT-RN na interface biodiversidade/sociedade. Esses diálogos prosseguiram durante as reuniões do Comitê de Salvaguarda do bem patrimonializado, o SAT-RN, e durante o processo de revalidação do título de patrimônio cultural imaterial da nação em 2021.

As questões sobre o futuro das agriculturas indígenas e a conservação *on farm* também foram objeto de reflexões compartilhadas com a Unidade de Recursos Genéticos e Biotecnologia da Embrapa, principal ator do desenvolvimento agrícola do Brasil.

12. Essa parceria resultou em um termo de cooperação técnico entre o IRD e o Iphan, assinado em 2009 e prorrogado em 2012 e em 2015.

Produtos da pesquisa

Os produtos da pesquisa tiveram como alvo três segmentos: científico, populações locais e políticas culturais.

Conhecimentos científicos

Cerca de uma centena de artigos e capítulos científicos foi publicada em revistas principalmente francesas e brasileiras, o que garantiu uma ampla difusão dos resultados no Brasil. Várias teses de doutorado e dissertações de mestrado foram produzidas, principalmente no Brasil, por jovens pesquisadores e pesquisadoras diretamente envolvidos nos trabalhos de campo do Pacta, ou em temáticas conexas. Foram organizados três seminários franco-brasileiros, Iphan-IRD em 2009, e Iphan-IRD-Embrapa em 2019 ambos em Brasília, e em Paris, em 2017 (IRD-MNHN).

São comentadas a seguir as produções bibliográficas que influenciaram, ou que visam influenciar, a compreensão das agriculturas tradicionais no Brasil, tanto no plano científico quanto no político. Os temas de destaque se referem ao significado da acumulação de diversidade, à circulação das plantas cultivadas, à permanência de uma agricultura tradicional em contexto periurbano, e, numa escala mais ampla, aos impactos da patrimonialização de agriculturas tradicionais e à abordagem comparativa entre a conservação *on farm* dos recursos fitogenéticos (pelas populações locais) e a conservação *ex situ* (nos bancos de germoplasma).

Foi dada visibilidade às contribuições dos povos indígenas, ou mais amplamente dos povos tradicionais, para a existência de um amplo leque de diversidade agrobiológica. Essa amplitude responde a exigências funcionais e a escolhas

culturais que valorizam a própria noção de diversidade. Diversidade e sustentabilidade estão intimamente ligadas: há uma exigência de “diversidade em todos os domínios, incluindo nas sociedades, para que a vida continue”. (CARNEIRO DA CUNHA, 2017, p. 268). A manutenção da diversidade agrícola, tanto em escala individual quanto regional, é sustentada por uma rede de circulação de plantas que responde a normas sociais. No Rio Negro, a diversidade agrícola e a rede social se espelham, como ressaltado pelos estudos de CHERNELA (1986) e posteriormente os do Pacta (EMPERAIRE & PERONI, 2007).

A Amazônia também é um espaço que se urbaniza, com 75 % de sua população vivendo em áreas urbanas. A abordagem comparativa entre zonas florestais e periurbanas mostrou que as pequenas cidades se constituem em centros de agrobiodiversidade, o que era, a princípio, contraintuitivo. Novas redes de circulação de plantas e pessoas, põem em movimento saberes e plantas seguindo configurações variáveis. No sudoeste do Acre, por exemplo, por exemplo, operam por meio de redes supralocais que introduzem uma nova diversidade agrobiológica que, em parte, substitui a diversidade local. Já no Rio Negro, reproduz-se quase que identicamente a diversidade de plantas cultivadas da zona florestal. No entanto, o futuro dessas agriculturas periurbanas depende de fatores como o do acesso à terra, da continuidade da transmissão dos conhecimentos ou ainda do avanço de novos modelos alimentares que pouco incorporam recursos locais (KATZ, 2017).

Os resultados mostram que o atual desafio não é apenas conservar os recursos, mas principalmente os processos que os originam. Torna-se necessário um diálogo entre uma modernidade que remete à conservação *ex situ* e uma tradicionalidade, suporte da conservação *on farm* (SANTONIERI & BUSTAMANTE, 2016). Essa perspectiva implica repensar o *modus operandi* da constituição das coleções de germoplasma e de realização das pesquisas criando as condições para desenvolver pesquisas multiculturais.

Produção destinada aos parceiros locais

Restituir localmente os resultados atendia às obrigações legais e éticas estipuladas no termo de consentimento prévio informado. A restituição dos resultados científicos se deu mediante a entrega à Acimrn de dossiês contendo as publicações (artigos, capítulos, relatórios ou dissertações), acompanhados de resumos voltados para um público pouco familiarizado com a escrita científica.

Foram utilizados outros meios de difusão. Assim, em 2009, durante o ano da França no Brasil, um financiamento da Embaixada da França permitiu a realização de um encontro em São Gabriel da Cachoeira entre chefes indígenas, franceses e brasileiros. No mesmo ano, um apoio do IRD possibilitou a realização de uma exposição itinerante cujo conceito foi discutido coletivamente. A exposição constava de sete mosaicos de fotos sobre o SAT-RN, acompanhados de breves textos em três línguas indígenas (baniwa, tukano, nheengatu) e em português. Os painéis, impressos em lona, foram instalados nos diferentes bairros de Santa Isabel do Rio Negro e em pequenos povoados do Médio Rio Negro. Além de um folheto produzido pelo Iphan sobre o SAT-RN, foi publicado um livro com uma introdução do presidente da Acimrn (VELTHEM *et al.*, 2016). Impresso em 3000 exemplares, foi distribuído nos três municípios envolvidos no processo de patrimonialização. Por fim, foi organizada uma exposição com curadoria colaborativa de pesquisadores e especialistas indígenas do SAT-RN, principalmente mulheres. A exposição, coordenada por L. van Velthem (antropóloga, MPEG), foi realizada no Museu da Amazônia em Manaus em 2017 e seu catálogo foi publicado em português e inglês (MUSA, 2023).

Foi constituída uma coleção fotográfica, inicialmente analógica e depois em digital, que documenta plantas cultivadas, artefatos, alimentação, práticas, espaços, vida cotidiana, entre outros temas. Atualmente integra os arquivos individuais dos pesquisadores e dos participantes locais do projeto. Um dos próximos objetivos de valorização pós-Pacta é identificar uma parceria institucional que possa disponibilizar essa coleção online, especialmente para as populações locais que, desde uns dez anos, têm cada vez mais acesso à internet.

Expertise

A expertise do Pacta se deu em três campos, a pesquisa colaborativa fundamentada no termo de consentimento prévio, a patrimonialização de uma agricultura tradicional e a demarcação de uma Terra Indígena.

O termo de consentimento prévio informado

Os primeiros trabalhos coincidiram com a implementação da legislação brasileira sobre o acesso à biodiversidade e aos conhecimentos associados. O estabelecimento de um termo de consentimento prévio informado (TCPI) com as populações locais era obrigatório desde 2001, mas, em 2006, poucas solicitações haviam sido protocoladas. A abordagem era pioneira, e o estrito cumprimento das regras

vigentes era ainda mais importante, uma vez que a pesquisa era conduzida sob a responsabilidade da Unicamp em parceria com uma instituição estrangeira, no caso o IRD (ALMEIDA & EMPERAIRE, 2005). Este TCPI foi estabelecido com a Acimrn no que se refere ao Médio Rio Negro e, posteriormente, com a Asiba para a realização de uma pesquisa de curta duração em Barcelos, cidade a jusante de Santa Isabel. Este TCPI, assim como o de um projeto do ISA foi por alguns anos um modelo de referência no site do Ministério do Meio Ambiente brasileiro.

O TCPI do Pacta foi o documento de base da colaboração com a Acimrn. O acordo foi estabelecido para realização da pesquisa em duas comunidades (Tapereira e Espírito Santo) a jusante de Santa Isabel do Rio Negro e na área periurbana dessa pequena cidade. Ulteriormente, o TCPI foi ampliado para realização de uma pesquisa de mestrado sobre as dinâmicas do SAT-RN em Santa Isabel (FERRAZ DA CUNHA PINHEIRO, 2018).

Agricultura, patrimônio e pesquisa colaborativa

A questão da continuidade do SAT-RN foi amplamente discutida com a Acimrn a partir de 2027. Foram consideradas duas opções de valorização: a de reconhecer como indicação geográfica um produto oriundo do SAT-RN, no caso a farinha de mandioca, ou a de promover um reconhecimento mais abrangente dessa agricultura indígena via seu registro enquanto patrimônio imaterial da nação. A Acimrn optou pela segunda opção. A viabilidade de tal proposta foi discutida com o Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI) do Iphan que tinha reconhecido em 2006 como patrimônio cultural imaterial o conjunto de sítios sagrados do alto Rio Negro. Esse precedente fortaleceu a nova proposta em torno do SAT-RN. Várias reuniões foram organizadas em Santa Isabel do Rio Negro pelo DPI, em particular com a participação de uma antropóloga especialista do Rio Negro, com a finalidade de esclarecer a finalidade da patrimonialização e seus procedimentos.

Após uma primeira consulta favorável, os representantes das associações formalizaram seu pedido ao DPI e os pesquisadores do Pacta foram encarregados pelo Iphan, com o acordo das associações, de elaborar o dossiê de solicitação. A solicitação era inovadora pela amplitude do “objeto” a ser patrimonializado, no entanto “condensado” sob a qualificação de “sistema agrícola tradicional”. Tratava-se do primeiro SAT do Brasil a ser reconhecido como patrimônio imaterial. A expectativa das associações indígenas do Rio Negro era, com esse reconhecimento, dar uma visibilidade nacional ao conjunto de conhecimentos, práticas, plantas, formas de manejo do espaço, alimentação, cultura material,

conceitos e normas associados a essa agricultura, assegurar-lhe uma proteção jurídica, embora limitada, e refletir sobre sua continuidade por meio de ações de salvaguarda.

A abordagem sistêmica formalizada no Pacta extrapolava o caso específico do Rio Negro e fornecia ao DPI um quadro para outras solicitações de patrimonialização relacionadas à biodiversidade, especialmente no campo da alimentação. De fato, solicitações pontuais (ingrediente, receita, etc.) nem sempre refletiam o complexo sociocultural e biológico em que estavam inseridas. Outro aporte estruturante do dossiê foi destacar os vínculos estreitos entre as diversidades sociocultural e agrobiológica, evidenciando os valores que a diversidade de plantas cultivadas carrega, bem como as dimensões sociais dessa diversidade, como a intensa circulação de plantas enquanto vetor de laços sociais. A diversidade agrobiológica constitui um bem intergeracional que circula na bacia do Rio Negro, contribuindo para uma coesão socioeconômica e uma igualdade de acesso aos recursos vegetais. A formalização gráfica das redes de circulação (Figura 3) permitia visualizar a importância das relações sociais na existência de



Figura 3
Redes de circulação das plantas cultivadas junto a 33 donas de roça do Médio Rio Negro.
© Documento Pacta.
Os pontos coloridos representam as donas das roças nas quais foram feitos os levantamentos das plantas cultivadas. Cada localidade é representada por uma cor diferente. Os pontos cinzas representam as pessoas junto às quais foram obtidas as plantas cultivadas na roça. O traço azul representa tanto um laço social, quanto a trajetória de uma dada variedade ou espécie. Essa rede opera desde Manaus até Mitú na Colômbia, seja numa distância de mais de 1200 km.

uma diversidade agrobiológica e mostrou ser uma ferramenta de diálogo com as instituições dos setores agrícola (Embrapa) e cultural (Iphan).

O reconhecimento patrimonial do SAT-RN constou de duas fases: uma de difusão e explicação para as populações envolvidas sobre o que é a patrimonialização com a finalidade de recolher sua opinião a respeito de tal processo. Outra técnica, de redação e validação do dossiê pelo Iphan. A primeira, sob a responsabilidade do ISA e da Acimrn (2008-2009), consistiu na organização de reuniões nas aldeias do Rio Negro para expor os motivos e as expectativas da solicitação, garantindo uma ampla participação. Em nível regional, a Acimrn organizou reuniões em Santa Isabel do Rio Negro, a Asiba em Barcelos e a Foirn em São Gabriel da Cachoeira. Elas foram seguidas de uma reunião geral em 2009 na Foirn, ao final da qual a proposta foi aprovada coletivamente por meio de uma votação. O dossiê de solicitação (IPHAN, 2010), acompanhado de um vídeo de 15 minutos, continha uma descrição do bem¹³ e uma definição do plano de salvaguarda. Após uma análise técnica interna, o dossiê foi apresentado ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan, reunido no Rio de Janeiro, e aprovado em 2010¹⁴. Esse registro tinha como corolário “a obrigação dos poderes públicos de promover ações de salvaguarda a fim de apoiar a sua continuidade, as condições sociais e materiais que possibilitam a sua existência” (SANTILLI, 2012, p. 278, nossa tradução)

O reconhecimento do SAT-RN como patrimônio foi seguido pela criação de duas instâncias: o Conselho da Roça, que visa fortalecer a visibilidade local dessa patrimonialização e envolver mais as mulheres agricultoras nas discussões; o Comitê de Salvaguarda que se reúne anualmente para discutir ações de preservação do bem, incluindo a continuidade da documentação sobre o patrimônio, a capacitação dos atores locais para essa documentação (por exemplo, com o uso de vídeo) e o monitoramento das medidas de salvaguarda propostas. Em 2021, os pesquisadores do Pacta, entre outros atores, foram novamente solicitados para a revalidação do título, dez anos após sua obtenção; o processo ainda está em fase de finalização.

13. O dossiê apresentou uma visão geral dessa agricultura, sem entrar nas variações de práticas e conhecimentos conforme os grupos culturais locais.

14. Todos os documentos, incluindo o dossiê, relatórios técnicos e o dossiê publicado posteriormente sob a forma de um livro estão disponíveis online em <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-imaterial>

O reconhecimento de uma Terra Indígena

O reconhecimento de direitos territoriais para a delimitação e identificação de uma Terra Indígena (T.I.) baseia-se na expertise de pesquisadores em colaboração com as populações locais para a realização do estudo antropológico, ambiental, cartográfico e fundiário necessário. Com base nos trabalhos realizados no Médio Rio Negro, a Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) solicitou a expertise de duas pesquisadoras do Pacta para o reconhecimento da T.I. Jurubaxi-Téa (12 000 km²) na margem direita do Rio Negro. Os estudos realizados entre 2010 e 2013 permitiram, em 2017, o reconhecimento jurídico do território onde vivem os povos Arapaso, Baniwa, Baré, Desana, Nadöb, Kuripaco, Pira-Tapuya, Tariana, Tikuna e Tukano (VELTHEM, 2014; EMPERAIRE, 2014).

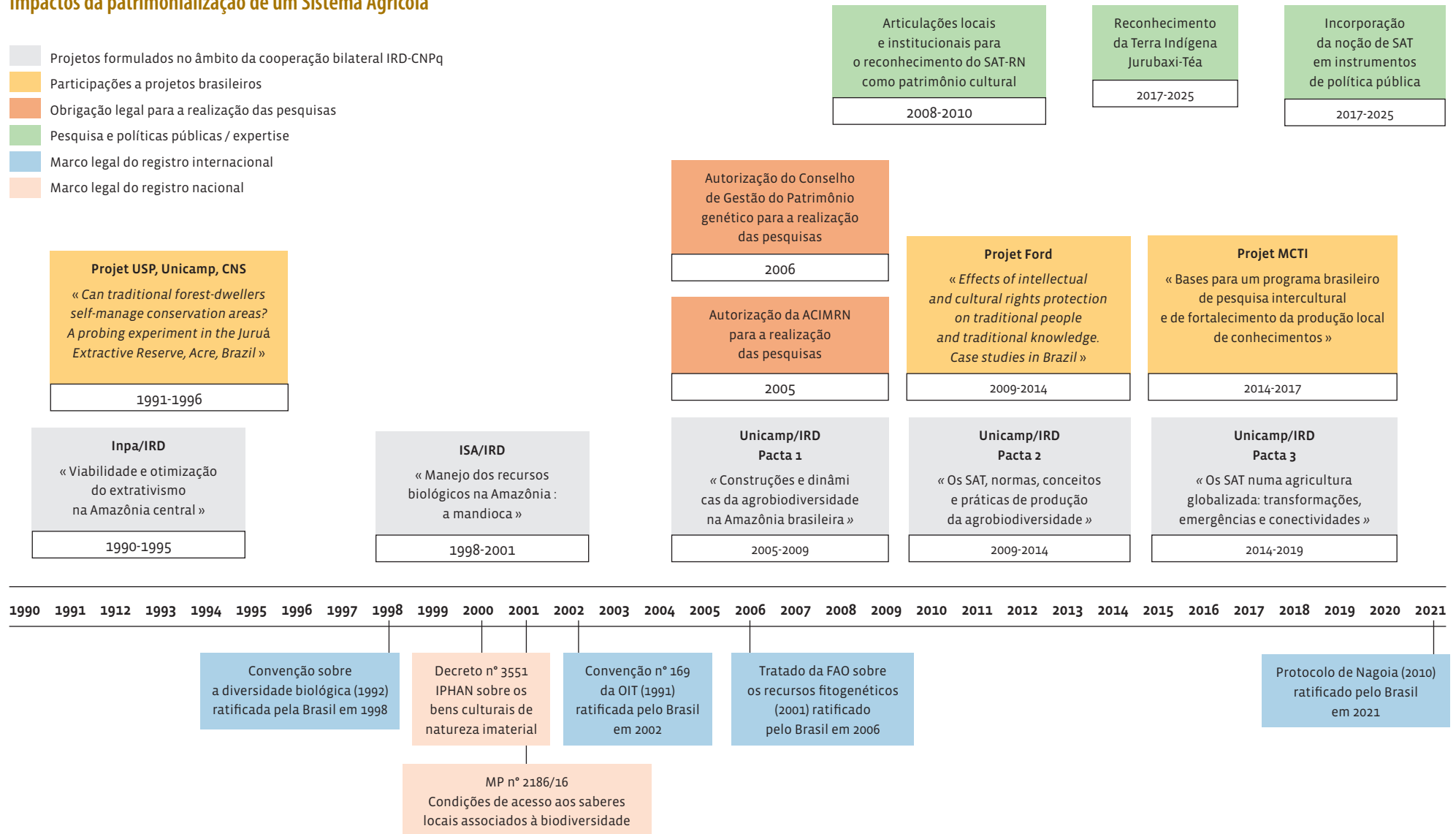
Formação acadêmica

Os aspectos metodológicos, com ênfase na interdisciplinaridade necessária, bem como os resultados da pesquisa, foram abordados em aulas de mestrado na França (MNHN) e de pós-graduação no Brasil, no CDS. Dissertações de mestrado e teses de doutorado relacionadas ao tema do manejo da agrobiodiversidade e temas afins foram orientadas pelos pesquisadores do Pacta. Várias estadias de longo prazo no Brasil dos pesquisadores franceses contribuíram para essa dinâmica, promovendo a seguir a vinda de pós-doutorandos e de um doutorando brasileiro na UMR Paloc.

Cronologia

Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais na Amazônia brasileira Impactos da patrimonialização de um Sistema Agrícola

- Projetos formulados no âmbito da cooperação bilateral IRD-CNPq
- Participações a projetos brasileiros
- Obrigação legal para a realização das pesquisas
- Pesquisa e políticas públicas / expertise
- Marco legal do registro internacional
- Marco legal do registro nacional



Circulação dos conhecimentos e intermediários

A expressão “circulação dos conhecimentos” abrange todo o processo de produção de conhecimento científico, desde o início até sua aplicação prática. A montante, dois instrumentos normativos foram fundamentais na circulação de conhecimentos: a cooperação científica bilateral e a autorização para pesquisas que envolviam acesso a conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, o caso das plantas cultivadas. A rede operatória mobilizada (Figura 4) envolveu arranjos institucionais, diálogos entre os participantes do projeto, e criou sinergias entre colaborações inicialmente vistas como independentes.

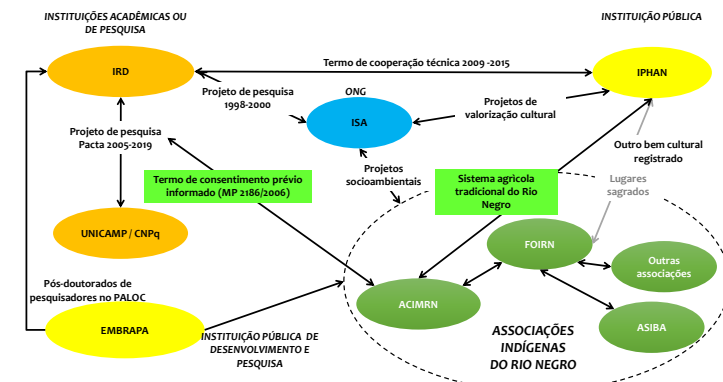


Figura 4
Rede dos principais parceiros do Pacta (2005-2019) envolvidos nas pesquisas realizadas no Rio Negro.
© Documento Pacta.

Instituições governamentais

Dois atores do setor público foram fundamentais para a circulação de conhecimentos: o Iphan e a Embrapa. Além do reconhecimento do bem, o Pacta contribuiu para criar um “nicho ecológico” sobre as agriculturas tradicionais no Departamento do Patrimônio Imaterial. O tema suscitou o interesse de vários gestores atentos a necessidade de desenvolver uma nova problemática patrimonial na interface biodiversidade/sociedade. Os intercâmbios com a Embrapa se deram principalmente com dois pesquisadores da Embrapa, ex-pós-doutorandos da UMR Paloc. Houve também intercâmbios com a FAO-Brasil a respeito dos Sistemas Engenhosos do Patrimônio Agrícola Mundial (Sipam). A articulação Embrapa/Iphan possibilitou aprofundar a reflexão sobre o reconhecimento patrimonial de novos SAT. Posteriormente, as duas instituições se articularam com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para promover e disseminar através de dois editais denominados “Boas Práticas para os Sistemas Agrícolas Tradicionais” de 2017 e 2022 a noção de Sistema Agrícola Tradicional. O edital de 2017 recebeu 58 candidaturas de todo o Brasil das quais 30 foram classificadas e 15 premiadas e o de 2022 recebeu 41 propostas entre as quais 23 e 10 foram respectivamente classificadas e premiadas, apontando assim uma capilaridade da noção de SAT. Os vínculos com a Embrapa se estreitaram no plano científico com reflexões compartilhadas a respeito das formas de valorização dos SAT e da complementaridade entre conservação *ex situ* e *on farm*.

A noção de SAT foi incorporada em 2019 ao departamento responsável pela bioeconomia florestal do Ministério da Agricultura e Pecuária. No entanto, após a mudança de governo, este setor hoje está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar, dentro da Secretaria de Agricultura Familiar e do Cooperativismo (<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/sipam/sistemas-agricolas-tradicionais-sats-de-relevancia-nacional>) com ações que visam fortalecer a inserção econômica dos produtos desses sistemas. Um novo edital, semelhante ao do BNDES, foi lançado pela Embrapa com um cofinanciamento do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. É dedicado às agriculturas do semiárido (<https://www.embrapa.br/premio-sat-do-semiarido-dom-helder-camara>).

Os intercâmbios com o Instituto de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Idam), agência de desenvolvimento agrícola em Santa Isabel do Rio Negro, permitiram uma melhor compreensão das dinâmicas agrícolas “modernizadoras”

impulsionadas pela Secretaria de Produção Rural do Estado. No entanto houve divergências sobre a importância da riqueza biológica e cultural das agriculturas indígenas.

Instituições científicas

O vínculo do Pacta com o departamento de Antropologia da Unicamp se deu por meio de seu coordenador brasileiro. Os diálogos com alunos de mestrado e doutorado levaram a uma reflexão coletiva e multidisciplinar a respeito dos desdobramentos científicos e políticos das agriculturas tradicionais. Apesar de seu caráter informal o coletivo permanece até hoje. Na Universidade de Brasília (UnB) colaborações foram desenvolvidas com o Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) e o Departamento de Antropologia para o qual o tema das agriculturas tradicionais dialoga com abordagens sociotécnicas. Pesquisadores do Pacta também orientaram ou coorientaram trabalhos de campo principalmente no Mespt-UnB. O fato da maior parte das produções científicas ter sido publicada em português contribuiu para uma apropriação local dos trabalhos.

No IRD, os pesquisadores do Pacta participam de reflexões sobre os temas da pesquisa colaborativa e da multidisciplinaridade, além de atuarem em ações de difusão científica promovidas pela instituição (UICN, IPBES, encontros franco-brasileiros, seminários etc.).

Associações locais

A Acimrn contribuiu para delinear a pesquisa tanto em conteúdo quanto em forma, num formato colaborativo. Sua diretoria investiu-se fortemente em reuniões e incentivou a participação de vários de seus membros na pesquisa. Também organizou ações de comunicação voltada para os moradores (lançamento de um livro, comemorações do título de patrimônio nacional, etc.). Com as outras associações indígenas do Rio Negro, ela foi tanto atora como beneficiária dos resultados da pesquisa, promovendo o SAT-RN em nível local e nacional ao participar de eventos na escala federal (Consea – Conselho nacional de segurança alimentar e nutricional) e de pesquisas na França no âmbito dos projetos Colam (cf. nota 7) e da Fundação Hermès.

Organizações não governamentais

O Instituto Socioambiental (ISA) foi o parceiro central da primeira etapa de pesquisa, antes da estruturação do Pacta. Atuou primeiro como intermediário junto às associações indígenas e, posteriormente, na organização e acompanhamento da consulta regional sobre a patrimonialização do sistema agrícola e nos intercâmbios que se seguiram. Seu papel na circulação do conhecimento é ampliada hoje mediante sua rica base bibliográfica (<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos>).

Primeiros impactos

A identificação dos impactos resulta da combinação de fatores de amplitude variável, inseridos em diversos locais, temporalidades, trajetórias científicas e sociais. Entre impacto e porosidade, entre acelerador e revelador, a linha divisória é tênue. O posicionamento dos atores – científicos, locais e institucionais – também altera as relações de causalidade: cada um, conforme os temas abordados e as circunstâncias, pode, além de sua auto-referência, tornar-se porta-voz de outro grupo de atores.

Impacto institucional e político

O SAT-RN, um novo objeto patrimonial

Para uma instituição de cunho cultural como o Iphan e outra de pesquisa e desenvolvimento agrícola como a Embrapa, a patrimonialização do SAT-RN contribuiu para criar uma nova perspectiva sobre as agriculturas tradicionais do Brasil. As duas instituições firmaram um acordo de cooperação visando valorizar a diversidade dessas agriculturas. Essa política foi concretizada por meio dos editais do BNDES já citados. A Acimrn foi uma das vencedoras do último edital do BNDES.

A noção de SAT, aplicada ao Rio Negro, foi pioneira no campo patrimonial. Desde então, foram patrimonializados outros dois sistemas agrícolas. O SAT-Vale do Ribeira no Estado de São Paulo, referente à agricultura quilombola da região litorânea da Mata Atlântica, foi reconhecido como patrimônio cultural imaterial

pelo Iphan em 2018, seguindo um percurso paralelo ao do SAT-RN. Em 2020, o SAT dos coletores e coletoras de flores secas da Serra do Espinhaço (Minas Gerais), que se baseia em dois registros de uso da biodiversidade, um agrícola e outro de coleta e manejo de plantas espontâneas para fins comerciais, foi reconhecido como o primeiro Sipam (Sistema Engenhoso do Patrimônio Agrícola Mundial/FAO) brasileiro. O interesse pela noção de SAT no contexto brasileiro ultrapassou sua base local e envolve hoje numerosas comunidades tradicionais dos diferentes biomas (SIMONI EIDT & UDRY, 2019).

A expressão SAT agora permeia diversas instituições governamentais, com significados variados, mas que têm em comum a necessidade de levar em conta a dimensão cultural das atividades agrícolas e ligadas à agrobiodiversidade. No Iphan, o conceito permitiu estabelecer novos marcos metodológicos para inserir solicitações bastante circunscritas de reconhecimento patrimonial numa perspectiva mais ampla, a do complexo sociocultural e ecológico de um sistema produtivo (SANT'ANNA, 2021, p. 553). Como outros patrimônios reconhecidos pelo Iphan, o SAT-RN foi emblemático de políticas culturais fundamentadas no exercício da cidadania. Assim, a delegação brasileira do Fórum das ONG amazonenses realizado em Letícia (Colômbia) em 2019, apresentou o SAT como resultado de uma reflexão sobre governança territorial e formas de articulação entre associações indígenas, ONG, Estado e pesquisa. Essa experiência patrimonial gerou grande interesse entre os atores presentes, dadas as características compartilhadas dessa agricultura em escala amazônica, embora, em uma resolução mais detalhada, suas singularidades sejam numerosas (com. pers. Ana Gita de Oliveira; OLIVEIRA & CABALZAR, 2021).

Do local ao supralocal

O constante diálogo ao longo de cerca de quinze anos entre a Acimrn e, de maneira mais distanciada, a Foirn, e os pesquisadores do Pacta, contribuiu para fortalecer essas associações. Uma compreensão mútua das expectativas de cada parte foi se consolidando. Para a Acimrn, o projeto científico e a produção de conhecimentos resultante dele tornaram-se um pool de saberes, um bem compartilhado cuja existência se deve ao protagonismo da associação. O Pacta por sua vez, pôde, durante os trabalhos de campo, levar a familiarização dos jovens indígenas com a pesquisa com levantamentos nas roças, uso do GPS, de SIG e documentação fotográfica sobre as plantas cultivadas. Esses levantamentos foram remunerados pelo projeto da Fundação Ford, Bases para um programa brasileiro de pesquisa intercultural e apoio à produção local de

conhecimento (resp. M. Carneiro da Cunha). O tempo disponível não permitiu ir além dessa “familiarização” mas, sem dúvida, num contexto político favorável, essa primeira articulação motivou duas estudantes a se envolverem em um mestrado em Manaus (Inpa) e em Brasília (Mespt-UnB).

A pesquisa ajudou também a consolidar a atuação dos responsáveis da Acimrn como porta-vozes nas questões de agrobiodiversidade e conhecimentos locais junto a instâncias como a Sepror, o Consea e o Iphan. O SAT-RN foi um vetor de visibilidade para as associações indígenas em nível federal e, num grau menor, no Estado do Amazonas. A pesquisa colaborativa revelou-se ser um elemento significativo da trajetória de dois responsáveis das associações indígenas. No entanto, fora da esfera do movimento indígena, a patrimonialização do SAT-RN teve pouco eco nas instâncias municipais e na instituição local de desenvolvimento agrícola. Com o tempo, e independentemente das questões políticas envolvidas, essa falta de interesse pode ser interpretada na luz da perspectiva dominante de uma agricultura indígena que não incorporou uma “modernidade agrícola” e que é em grande parte sob a responsabilidade das mulheres.

Hoje, para a maior parte da população indígena do Rio Negro, a inserção numa economia de mercado é inevitável. Além de iniciativas individuais de comercialização de produtos agrícolas na feira local, dois programas federais (o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, e o PNAE indígena – Programa Nacional de Alimentação Escolar Indígena¹⁵) têm como objetivo comprar produtos locais para, no primeiro caso, abastecer estruturas como hospitais ou creches, e no segundo, para a alimentação escolar. A Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos da Amazônia (Catrapoa, criada em 2016) em Manaus visa facilitar essas estratégias econômicas. O reconhecimento patrimonial do SAT-RN tornou-se uma alavanca econômica e política que evidenciou a importância da alimentação local, com sua diversidade de produtos, na construção da identidade indígena. Deu visibilidade a produtos que não eram mencionados nas listas oficiais dos produtos comercializáveis. No entanto, essas listas são estabelecidas com citações bastante genéricas das plantas cultivadas sem referências à diversidade das variedades que está sob risco de erosão genética e que constitui a diversidade manejada nas roças.

A revisão da produção bibliográfica sobre sistemas agrícolas amazônicos aliada aos dados coletados sobre o SAT-RN durante o período de 2005-2019, permitiram valorizar a expertise de pesquisadores do Pacta em nível internacional (Sipam/

15. O Estado do Amazonas é o único a ter conceituado, sob pressão do Ministério Público, um PNAE indígena.

FAO, IPBES) e nacional (BPBES, Embrapa). As análises fundamentaram parte do volume Gerar, cuidar e manter a diversidade biológica (EMPERAIRE *et al.*, 2021) da série de 17 volumes Contribuições dos Povos Indígenas, dos Quilombolas e das Comunidades Tradicionais à Biodiversidade no Brasil, políticas e ameaças editado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (CARNEIRO DA CUNHA *et al.*, 2021).

Impacto econômico

A economia do Médio Rio Negro articula duas modalidades complementares. Uma é fundamentada no autoconsumo ou na circulação entre parentes de produtos agrícolas ou florestais seguindo uma lógica de reciprocidade. Outra, com os pequenos comércios urbanos que se abastecem em Manaus ou junto aos produtores indígenas, responde a uma lógica comercial que induz uma reconfiguração do sistema alimentar indígena. A integração numa economia de mercado é considerada hoje como fundamental para a continuação das comunidades locais. Esse posicionamento é claramente exposto no Plano de Gestão Indígena do Alto e Médio Rio Negro (FOIRN, 2021), principal “instrumento de interlocução com o Estado e outros parceiros” (p. 10). Na perspectiva desse importante documento o SAT-RN constitui a base econômica e sociocultural das atividades produtivas (p. 154 e seguintes).

A valorização econômica dos produtos oriundos do sistema agrícola torna-se imperativa desde que permita manter seus elementos estruturantes. Uma experiência iniciada em 2006 ocorreu sob a égide da Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi) e do ISA no Alto Rio Negro, com a venda de jiquitaia, um condimento tradicional, considerado como “gourmet”, feito de pimentas secas e socadas, comercializado sob a denominação de Pimenta Baniwa em diversos locais. Hoje, ela é apresentada como um produto do SAT-RN embora essa produção seja anterior (SILVA *et al.*, 2016). Além da renda gerada, a experiência testemunha dos conhecimentos e das competências das mulheres no manejo da diversidade das variedades de pimentas e no preparo do condimento. Em Santa Isabel, uma experiência equivalente está em andamento com a criação de uma Casa de Frutas (produção de frutas secas e barras de frutas secas, NERI, 2020). A iniciativa resultou inicialmente do diálogo entre o Pacta e a Acimrn e sua formalização e realização foram concretizadas pelo ISA e a Acimrn como componente de um projeto da União Europeia coordenado pelo ISA. A fase experimental recebeu apoio financeiro do projeto Kupixa Rapé (Fundação Hermès) em 2015-2016, da

Embaixada da França em 2018 e, finalmente, para a construção da sede, do projeto europeu. O edifício foi construído, o material necessário instalado, os vínculos com os produtores de frutas estão se construindo com compras financiadas pelo prêmio BNDES outorgado em 2019 à Acimrn e a produção está começando em pequena escala.

As oficinas colaborativas realizadas em Santa Isabel, o capítulo sobre alimentação do dossiê de patrimonialização (IPHAN, 2010) e várias outras publicações contribuíram para realçar a visibilidade e a importância econômica e cultural da alimentação tradicional nos planos local e nacional. A alimentação indígena do Rio Negro participa assim de um movimento geral de valorização das artes culinárias locais, iniciado nos anos 2005 (FRANÇA, 2023; GARNELO & BARRETO BARÉ, 2009; KATZ, 2009; TREFAUT, 2013).

Impacto sociocultural e ambiental

O SAT-RN, uma construção

Como o esclarece um dos diretores da Foirn, com os trabalhos do Pacta no Rio Negro, a agricultura indígena ganha uma nova leitura passando de um fato global a uma perspectiva na qual cada elemento, planta, artefato, espaço cultivado, conhecimento, etc., é visto como um componente cuja posição é singular dentro de um mosaico complexo. Seguindo nosso interlocutor, essa fragmentação oferece mais espaço para escolhas políticas e econômicas. Sem pretender esgotar a complexidade das relações da agricultura com os outros domínios da vida social e simbólica, esta construção adquiriu visibilidade na escala do Rio Negro e do Estado do Amazonas a partir da difusão do fascículo oriundo dos trabalhos colaborativos (VELTHEM *et al.*, 2016) e da exposição participativa montada em contexto urbano em Manaus.

O papel das mulheres

O impacto sociocultural aparece de forma implícita nos parágrafos anteriores. Ao institucionalizar o SAT-RN como patrimônio cultural, o papel das mulheres também foi destacado. As “donas de roça”, detentoras de saberes especializados sobre as plantas cultivadas, mantêm laços afetivos com elas, além de serem responsáveis pela alimentação da casa. Elas mobilizam redes regionais de circulação de plantas que refletem principalmente vínculos de parentesco.

O realce dado ao papel estruturante dessas donas no funcionamento do SAT-RN contribuiu para consolidar seu espaço na associação indígena local, enquanto especialistas em agrobiodiversidade.

Essa visibilidade foi reforçada durante um curso sobre agricultura indígena de dois dias em 2014 administrado em grande parte por estas “donas de roça” e destinado aos técnicos agrícolas da Secretaria de Produção Rural (Sepror) do Estado do Amazonas. Os resultados foram avaliados sob dois ângulos. Fortaleceram a autoestima das “donas de roça”, mas destacaram as dificuldades de diálogo entre as/os agricultores locais e os técnicos, com um descompasso notável entre os regimes de conhecimentos de ambos. Os técnicos, alguns indígenas, consideravam que o que lhes era apresentado era “apenas” o que eles haviam abandonado e que não tinha mais motivos de existir, enquanto para as agricultoras, a realização de uma roça era constitutiva de sua identidade. Porém um impacto mais substancial de uma iniciativa desse tipo exigiria um investimento pedagógico e político além do que foi realizado.

Populações tradicionais e agrobiodiversidade no tempo longo

As pesquisas trouxeram elementos sobre o manejo da floresta no tempo longo. Diversos estudos evidenciam o impacto das sociedades humanas sobre a distribuição das espécies, as formas de domesticação e de difusão, a constituição de solos férteis, etc. Os trabalhos realizados, além dos aspectos de inventário e caracterização das plantas cultivadas, do sistema alimentar ou da cultura material, participam dessa reflexão.

A construção de um argumentário supralocal

Muitas práticas agrícolas tradicionais ainda são criticadas pelas políticas agrícolas e ambientais com base em argumentos agrônômicos ou ambientais. No entanto, o interesse potencial de tais práticas frente às mudanças climáticas e a conservação da biodiversidade começa a ser reconhecido (SCHMIDT *et al.*, 2021; DAWSON *et al.*, 2021; entre outras publicações). Podemos citar tanto práticas de manejo como as queimas anuais controladas ou um funcionamento cíclico que articula espaço produtivo e floresta quanto os mobilizados na base dessas práticas como a importância da noção de diversidade que se materializa num amplo leque de recursos fitogenéticos, a circulação dos saberes e das plantas num sistema descentralizado etc. Indicamos também que o reconhecimento dos direitos culturais das populações sobre seus saberes e práticas integra

esse argumentário e reforça os direitos territoriais das populações envolvidas no SAT-RN.

Impacto no fortalecimento local das capacidades de pesquisa

Esse fortalecimento se fez através da participação às pesquisas de jovens indígenas no levantamento das roças e realização de entrevistas. Vários ateliês temáticos (cultura material, culinária indígena, vulnerabilidade das plantas cultivadas) além do curso já citado foram coorganizados na cidade com a finalidade de criar dinâmicas de troca de saberes entre detentores e entre eles e elas, especialistas da agricultura indígena, e os pesquisadores do projeto. No entanto, essas ações tiveram um impacto de curto prazo frente à fragilidade das condições de transmissão intergeracional dos saberes e à dificuldade dos poderes públicos em identificar a importância dessa transmissão para a continuidade deste patrimônio.

Impacto acadêmico

Na escala acadêmica, o Pacta contribuiu para o diálogo interdisciplinar com a constituição de uma comunidade científica que perdura. Contribuiu para a abertura de campos de pesquisa que se desenvolveram ao longo dos últimos dez anos. A noção de SAT, um sistema capaz de abarcar campos de conhecimentos que estão fora do campo estritamente agrícola (alimentação, cultura material, circulação de plantas e outros bens), se mostrou produtiva. Ela constituiu uma gramática usada em outros contextos para caracterizar agriculturas tradicionais. Na interseção do político e do acadêmico, a temática dos SAT questiona o papel do espaço agrícola como um espaço de resistência à colonização histórica com suas violências físicas e culturais.

As contribuições do Pacta também se situam no plano da cooperação franco-brasileira, com a acolhida de cinco pós-doutorandos e de um doutorando na UMR Paloc entre 2012 e 2019.

Impactos ampliados e potenciais

Atualmente, a noção de SAT, forjada localmente, é mobilizada em discursos sobre agroecologia, destacando princípios, práticas e saberes compartilhados apesar de inscrições em universos culturais e geográficos diferentes; tem também uma capilaridade na Embrapa e no Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). Esse interesse, que converge com outros trabalhos realizados no Brasil e outros países da América Latina, abre novas interfaces com as questões das normas e direitos, dos conceitos e saberes que sustentam a existência dos SAT enquanto expressões de uma soberania agrícola (ONU, 2018). Se torna urgente que o tema possa ainda percolar nas instituições de ensino agrônomo, e consolidar um novo diálogo com as práticas de desenvolvimento agrícola ou de coleta de germoplasma.

Os seminários organizados no Brasil destacaram as possibilidades de articulação interinstitucionais (Funai, Embrapa, Iphan, MDA) sobre o tema biodiversidade/diversidade cultural e a necessidade de ampliar as perspectivas sobre as agriculturas tradicionais nos diversos biomas brasileiros.

Para concluir, é necessário destacar uma dupla dinâmica: uma, quinze anos após o início dos trabalhos, consolida como impacto a emergência e o interesse da noção de sistema agrícola tradicional enquanto conceito que fortaleceu o diálogo entre comunidades locais e poderes públicos; a outra questiona a continuidade desses SAT, fragilizados por uma “modernidade”. Hoje, novos contextos, principalmente periurbanos, requerem adaptações. O sistema escolar mal deixa espaço para as formas e os conteúdos da transmissão de conhecimentos

tradicionais verdadeiramente enciclopédicos. O reconhecimento nacional da importância dos SAT se consolida, porém necessita políticas econômicas e socio-culturais fortes e inovadoras que levem em conta suas dimensões materiais e imateriais. Sem o reconhecimento das agricultoras e agricultores indígenas, quilombolas e de outros grupos tradicionais como especialistas, os SAT entre os quais o SAT-RN são fragilizados. As contribuições das populações tradicionais dizem respeito tanto à existência material de uma diversidade biológica agrícola, sobre a qual repousam, in fine, os modos de alimentação em escala mundial, quanto àqueles imateriais relacionados às relações com a diversidade dos seres vivos.

Caminho de impacto

Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais na Amazônia brasileira Impactos da patrimonialização de um Sistema Agrícola

CONTEXTO BRASILEIRO: Constituição de 1988, Decreto 3551/2000 sobre bens culturais de natureza imaterial como patrimônio cultural; Medida provisória 2186/2001 sobre acesso aos saberes locais associados à biodiversidade; reconhecimento do papel dos saberes locais na conservação da biodiversidade; confrontação dos modelos de desenvolvimento «socioambiental» e «desenvolvimentista»; desmatamento; erosão genética.

<p>PESQUISA INTERDISCIPLINAR ET MULTIATOR</p> <p>Instituições de pesquisa e universitária IRD, Unicap UNB, MPEG, USP, Embrapa, CNRS, AgroParisTech</p> <p>Organização não governamental ISA</p> <p>Organizações indígenas ACIMRN, FOIRN, ASIBA</p>	<p>PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA</p>	<p>ONG - INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL</p> <p>Organização das consultas junto às organizações indígenas, difusão dos resultados</p> <p>Apoio jurídico a respeito do termo de consentimento prévio informado</p> <p>Organização local do procedimento de patrimonialização</p>	<p>ACADÊMICO</p> <p>Co-constituição de uma comunidade científica interdisciplinar sobre as relações plantas/sociedades</p> <p>Inserção das pesquisas numa reflexão global sobre as contribuições dos IPLC à biodiversidade no Brasil</p> <p>Reforço da cooperação franco-brasileira</p>	<p>ACADÊMICO</p> <p>Aprofundamento das pesquisas sobre as relações entre diversidade cultural e diversidade biológica</p> <p>Reflexões sobre as práticas de pesquisa colaborativa</p> <p>Articulações da pesquisa entre atores associativos e institucionais</p>
<p>APOIOS FINANCEIROS</p> <p>Acordos de cooperação bilateral</p> <p>Organismos e agências públicas brasileiras (CNPq) e francesas (embaixada, ANR, IFB, BRG, programa Cidade e Meio ambiente)</p> <p>Fundações (F. Ford Br], F. empresaria Hermès (Fr])</p>	<p>EXPERTISES</p> <p>Formulação de um termo de consentimento prévio e informado</p> <p>Formulação da demanda de reconhecimento patrimonial do SAT-RN</p> <p>Demanda do regularização da Terra Indígena Jurubaxi-Téa</p>	<p>MIN. DO MEIO AMBIENTE/CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO</p> <p>Termo de consentimento prévio informado/Pesquisa colaborativa</p>	<p>CAPACITAÇÃO EM PESQUISA</p> <p>Incentivo a pesquisas colaborativas com as populações locais</p>	<p>SOCIOCULTURAL E AMBIENTAL</p> <p>Contribuição ao reconhecimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - das agriculturas indígenas e de seus atores junto aos poderes públicos - do papel e da expertise das mulheres indígenas sobre a diversidade das plantas cultivadas - das plantas cultivadas enquanto produções socioculturais <p>Valorização cultural da alimentação e da cultura material tradicionais indígenas</p> <p>Destaque da importância da continuidade da agricultura tradicional em contexto periurbano</p>
<p>APOIOS INSTITUCIONAIS</p> <p>Iphan Embrapa</p>	<p>FORMAÇÃO</p> <p>Mestrados, doutorados, pós-doutorados</p> <p>Ensino universitário</p>	<p>ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS</p> <p>Ações de comunicação</p> <p>Mediações pesquisadores-comunidades locais</p> <p>Promoção do SAT-RN</p> <p>Busca de financiamento para ações de valorização econômica do SAT-RN</p>	<p>ECONÔMICA</p> <p>Apoio à valorização da produções localizadas</p>	<p>SOCIOCULTURAL E AMBIENTAL</p> <p>Reconhecimento da diversidade dos sistemas agrícolas tradicionais na escala nacional</p> <p>Expertise metodológica para o estudo dos SAT</p> <p>Identificação das normas, direitos, conselhos e saberes que fundamentam a existência dos SAT como produções culturais</p> <p>Extensão da proposta à outros biomas</p> <p>Reforço das articulações entre conservação <i>on farm e ex situ</i></p>
<p>ESTADO DA ARTE</p> <p>Programas de pesquisa anteriores</p> <p>Programas brasileiros em andamento em paralelo (Ford, CNPq...)</p> <p>Saberes locais</p>	<p>PRODUTOS DE COMUNICAÇÃO PARA GRANDE PÚBLICO</p> <p>(instituições governamentais, associações, populações)</p> <p>Duas exposições, livretos grande público, oficinas, conferências</p>	<p>IPHAN</p> <p>Diretrizes para a elaboração do dossiê de solicitação de registro do sistema agrícola como patrimônio imaterial</p>	<p>INSTITUCIONAL E POLÍTICO</p> <p>Reconhecimentos dos direitos culturais das populações sobre seus saber-fazer e saberes agrícolas</p> <p>Apoio à governança da associação indígena local</p> <p>Integração de uma nova grade de análise das agriculturas tradicionais em instrumentos de políticas públicas</p> <p>Contribuição à aproximação entre instituições das esferas cultural agrícola (Iphan e Embrapa)</p>	<p>Impactos ampliados</p>
<p>Contribuições dos atores</p>	<p>Produtos da pesquisa</p>	<p>Intermediários</p>	<p>Primeiros impactos</p>	

Anexos

Participantes do Pacta, instituições, disciplinas, temas e locais de pesquisa

Pesquisadores acadêmicos envolvidos no Pacta – Rio Negro

Patrícia	Bustamante (pesquisadora Embrapa, agronomia) conservação ex situ e in situ e políticas públicas (AM)
Manuela	Carneiro da Cunha (prof. Universidade de Chicago/USP, antropologia) diálogos entre conhecimentos tradicionais e conhecimentos científicos (AM, AC)
Pascal	Cristofoli (engenheiro EHESS, modelagem de redes) formalização das redes de circulação de plantas
Carla	de Jesus Dias (ISA, antropologia), etnografia regional do Médio Rio Negro e movimento associativo indígena (AM)
Janaína	Diniz (professora UnB, desenvolvimento sustentável), redes de circulação e comercialização das produções locais (AM)
Ludivine	Eloy (pesquisadora CNRS, agrogeografia) agrobiodiversidade e políticas de combate ao desmatamento (serviços ecossistêmicos) (AM, TO)
Laure	Emperaire (coord. pesquisadora IRD, botânica) circulação da agrobiodiversidade, políticas patrimoniais (AM, AC)
Nádia	Farage (pesquisadora Unicamp, antropologia), co-coordenação Pacta
Thayná	Ferraz (mestrado UFRJ, antropologia) trajetórias indígenas no médio Rio Negro (AM)

Esther	Katz (pesquisadora IRD, antropologia), sistemas alimentares tradicionais e patrimônio (AM e AC)
Fernando	Mathias (ISA, direito socioambiental), direitos intelectuais e conhecimentos sobre a biodiversidade
Juliana	Santilli (ISA, direito socioambiental), interfaces e contradições entre direitos socioambientais e políticas públicas
Laura	Santonieri (doutoranda Unicamp, antropologia) abordagem antropológica das coleções ex situ, Embrapa (DF)
Lúcia H.	van Velthem (pesquisadora MPEG, antropologia) a cultura material e seus registros de visibilidade, do local ao museu, processos colaborativos (AM, PA)

Pesquisadores indígenas do Pacta – Rio Negro

Omilda	da Silva de Menezes
Ilma	Fernandes Neri
Sandra	Gomes de Castro
Valter	Monteiro
Carlos	Neri Piratapuia
Regina	Pedrina Aragão
Marivelton	Rodrigues Barroso
Jaqueline	Sanches

Participantes e informantes indígenas do Pacta – Rio Negro

Alda	Aguiar (Tapereira e Santa Isabel do Rio Negro)
Inês	Aires Fernandes (Santa Isabel do Rio Negro)
Oscarina	Braga Aguiar e Filisberto Gonçalves Aguiar Neto (Santa Isabel do Rio Negro)
Moises	Caetano (Santa Isabel do Rio Negro)
Melania	Caminco (Santa Isabel do Rio Negro)
Aracy	Carvalho Aguiar (Tapereira)
Conceição	Carvalho e família (Tapereira)
Jurema	Carvalho e família (Santa Isabel do Rio Negro)
Anabela	Carvalho Bento (Tapereira)
Maria	das Dores Oliveira e família (Espírito Santo)
Jorgina	da Silva e família (Espírito Santo)
Neuza	da Silva Lúcio e família (Espírito Santo)
Angelina	da Silva Gervásio e Moisés Gervásio (Santa Isabel do Rio Negro)
Conceição	da Silva Reis e família (Santa Isabel do Rio Negro)

Eduarda	de Jesus Barbosa Fidelis e família (Santa Isabel do Rio Negro)
Maria	de Lourdes Cruz Alcântara (Tapereira e Santa Isabel do Rio Negro)
Maria	de Nazaré e Antônio (Santa Isabel do Rio Negro)
Juventina	de Oliveira Januário e Deoclécio Maximiano Avelino (Espírito Santo)
Debania	Dias e família (Tapereira)
Conceição	Dias e Vicente Moreno Garcia (Santa Isabel do Rio Negro)
Cleomar	Dias Costa e família (Tapereira)
Anastácia	dos Santos Borba e família e família (Santa Isabel do Rio Negro)
Maria	Fernandes e família (Santa Isabel do Rio Negro)
Maria de Jesus	Garcia e família (Santa Isabel do Rio Negro)
Rita	Garcia Sampaio e família (Santa Isabel do Rio Negro)
Elisabete	Gervásio (Tapereira e Santa Isabel do Rio Negro)
Odete	Gervásio (Santa Isabel do Rio Negro)
Maria Eliza	Lima dos Santos e Edna dos Santos e família (Santa Isabel do Rio Negro)
Edilene Serafim	Lúcio e Adalberto Isidoro Coelho (Espírito Santo)
Neuza	Lúcio e família (Espírito Santo)
Nilza	Lúcio Resende e Gentil Bruno Serafim (Espírito Santo)
Lucrécia	Maximiano Avelino e família (Santa Isabel do Rio Negro)
	Missão Salesiana (Santa Isabel do Rio Negro)
Valter	Monteiro e Mirlene Valério Gonçalves (Santa Isabel do Rio Negro)
Eduarda	Murilo e família (Tapereira)
Hilda Teixeira	Neri e família (Santa Isabel do Rio Negro)
Luzía	Neri Lemos e Ernesto Lemos (Santa Isabel do Rio Negro)
Zulmira	Oliveira (Espírito Santo)
Joaquim	Paidana Lourenço (Santa Isabel do Rio Negro)
Regina	Pedrina Aragão e família (Santa Isabel do Rio Negro)
Daniel	Pinheiro e família (Santa Isabel do Rio Negro)
Maria Angélica	Reis e família (Espírito Santo)
Maria Inês	Ribeiro Lopes (Santa Isabel do Rio Negro)
Verônica	Sampaio (Santa Isabel do Rio Negro)
Isabel	Silva e família (Espírito Santo)
Xavier	Sousa Dias e família (Santa Isabel do Rio Negro)
Angelina	Sousa Dias e família (Santa Isabel do Rio Negro)
Maria	Teixeira (Santa Isabel do Rio Negro)
Silvana	Venâncio de Melo e Jorge de Melo (Santa Isabel do Rio Negro)

Pesquisadores acadêmicos do Pacta com trabalhos em outras áreas

Mauro	Almeida (coord. prof. Unicamp, antropologia) trajetórias espaciais e temporais, agriculturas e multilocalidade (AC)
Marilena	Altenfender (doutoranda Esalq, ecologia aplicada) abordagem multiespécies da mandioca dos Pataxó (BA)
Thiago	Cardoso (doutorando UFSC, antropologia) conhecimentos e paisagens dos Pataxó (BA)
Pedro	Castelo Branco Silveira (doutorado Unicamp, antropologia) populações rurais e agrobiodiversidade (PE)
Mélanie	Congretel (doutoranda AgroParisTech, socioantropologia) o guaraná, uma planta tradicional na globalização (AM)
Augusto	de Arruda Postigo (doutorando Unicamp, antropologia) redes de circulação de bens na Resex do alto Juruá (AC)
Fernando	de Niemeyer (mestrando Unicamp, antropologia) transformações recentes da agricultura Mebêngôkre (PA)
Pascale	de Robert (pesquisadora IRD, antropologia) a agricultura dos Mebêngôkre na contemporaneidade e pesquisa participativa (PA)
Geoffroy	Filoche (pesquisador IRD, direito) análise sociojurídica das políticas de valorização dos saberes locais (AM)
Eliza Mara	Lozano Costa (doutoranda Unicamp, antropologia) relações políticas e populações florestais (AC)
Rafael	Luís Galdini Raimundo (mestrando, Unicamp, ecologia) modelagem da distribuição geográfica de uma planta invasora
Elaine	Moreira (professora UFRR, antropologia) agrobiodiversidade e mobilidades dos Ye'kuana entre vilarejos e cidade (RO)
José	Onésio Ramos (mestrando Unicamp, antropologia) agrobiodiversidade nos faxinais do Paraná (PR)
Florence	Pinton (professora AgroParisTech, socioantropologia) o guaraná e suas transformações na modernidade dos Sateré-Mawé (AM)
Roberto	Rezende (doutorando Unicamp, antropologia) economias domésticas dos seringueiros do alto Juruá (AC)
Roberta	Rizzi (mestrando, Unicamp, antropologia) manejo das mandiocas no alto-Juruá e processos de transformação (AC)
Maira	Smith (doutorada UnB, desenvolvimento sustentável) a domesticação do pequi como processo coevolutivo inserido em uma paisagem (MT)

Entrevistas realizadas

Externas ao Pacta

Cristina	Adams , socioecóloga, USP, São Paulo, 11/2022
Mauro	Augusto , gestor antropólogo, Iphan, Manaus (AM), remota, 11/2022
Rosa Lia	Barbieri , geneticista, Embrapa, Pelotas (RS), remota, 11/2022
Karla	Bitar , superintendente do Iphan em Manaus (AM), 11/2022
Natália	Brayner , historiadora, Iphan, Brasília (DF), 11/2022
Marcelo	Broggio , agrônomo, FAO Brasil, Brasília (DF), 11/2022
Márcio	Meira , antropólogo, MPEG, ex-presidente da Funai, Belém (PA) remota, 11/2022
Mônica	Nogueira , antropóloga, UnB, Brasília (DF), 11/2022

Participantes do Pacta

Mauro	Almeida , antropólogo, Unicamp, São Paulo (SP), 11/2002
Marivelton	Barroso , povo Baré, presidente da Foirn, Santa Isabel do Rio Negro (AM), 05/2023
Manuela	Carneiro da Cunha , antropóloga, USP, Universidade de Chicago, São Paulo (SP), 11/2022
Janaína	Diniz , logística e desenvolvimento sustentável, UnB, Brasília (DF), 11/2022
Sandra	Gomes , povo Baré, presidente da Acimrn, Santa Isabel do Rio Negro (AM), 08/02/2022, remota
Patrícia	Goulart Bustamante , agrônoma Embrapa, Brasília (DF), 30/12/2024
Elaine	Moreira , antropóloga, UnB, Brasília (DF), 11/2022
Carlos	Neri , povo Pira-Tapuia, ex-presidente da Acimrn, Santa Isabel do Rio Negro (AM), 14/02/2022, remota, e 20/05/2022
Maira	Smith , desenvolvimento sustentável, Funai-CGEN, Brasília (DF), 11/2022
Lúcia	van Velthem , antropóloga, MPEG, Belém (PA), remota, 11/2022

Documentos citados

- ALMEIDA M., EMPERAIRE L., 2005 – Relatório sobre a consulta para realização da pesquisa “Agrobiodiversidade e conhecimentos tradicionais associados na Amazônia”.
- ALMEIDA M., EMPERAIRE L., 2022 – « PLANTAS CULTIVADAS: PRODUZIR E CONSERVAR DIVERSIDADE ». In Seyler F., Ledru M.-P., Emperaire L., Falconi E.(eds.): *Trajatórias de pesquisas na Amazônia brasileira: o IRD e seus parceiros*, Marseille, IRD Éditions: 132-141.
- CABRAL DE OLIVEIRA J. et al. (eds.), 2020 – *Vozes vegetais, diversidade, resistências e histórias da floresta*. São Paulo, Marseille, UBU Editora, IRD Éditions (édition originale en portugais).
- CABRAL DE OLIVEIRA J., AMOROSO M., MORIM DE LIMA A. G., SHIRATORI K., MARRAS S., EMPERAIRE L. (eds.), 2024 – *Voix végétales, diversité, résistances et histoires de la forêt*. Paris, IRD Éditions.
- CARNEIRO DA CUNHA M., 2017 – « Traditional People, collectors of diversity ». In Brightman M., Lewis J. (eds.): *The Anthropology of Sustainability: Beyond Development and Progress*, New York, Palgrave MacMillan: 257-272.
- CARNEIRO DA CUNHA M., ALMEIDA M., 2000 – Indigenous People, Traditional People, and Conservation in the Amazon. *Daedalus. Journal of the American Academy of Arts and Sciences*, 129 (2): 315-338.
- CARNEIRO DA CUNHA M., MAGALHÃES S. B., ADAMS C., 2021 – *Povos tradicionais e Biodiversidade no Brasil. Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças*. São Paulo, SBPC. <http://portal.sbpnet.org.br/publicacoes/povos-tradicionais-e-biodiversidade-no-brasil/>
- CHERNELA J. M., 1986 – « Os cultivares de mandioca na área do Uaupês (Tukâno) ». In Ribeiro B. G. (ed.): *Suma Etnológica Brasileira – Etnobiologia*, Petrópolis, Ed. Vozes/FINEP, vol. 1 : 151-158.
- DAWSON N. M., COOLSAET B., STERLING E. J., LOVERIDGE R., GROSS-CAMP N. D., WONGBUSARAKUM S., . . . ROSADO-MAY F.J., 2021 – The role of indigenous peoples and local communities in effective and equitable conservation. *Ecology and Society*, 26 (3). doi:10.5751/ES-12625-260319
- DESMOULIÈRE S., 2001 – *Approche ethnobotanique de la diversité végétale du manioc en Amazonie centrale : gestion et perspectives de conservation*. Tesis de doutorado Museu nacional de História natural, Paris.
- ELOY L., 2005 – *Entre ville et forêt : le futur de l’agriculture amérindienne en question – Transformations agraires en périphérie de São Gabriel da Cachoeira, Nord-Ouest amazonien, Brésil*. Tesis de doutorado, Universidade Paris-III.
- EMPERAIRE L., 2014 – *Relatório ambiental necessário à identificação e delimitação de áreas de ocupação tradicional indígena nas regiões das margens dos Rios Negro, Jurubaxi, Uneuixi e Téa (anteriormente Baixo Rio Negro II) Município de Santa Isabel do Rio Negro (Amazonas)*. Brasília, Fundação Nacional do Índio.
- EMPERAIRE L., 2017 – « Savoirs traditionnels et diversité des plantes cultivées en Amazonie ». In Baptiste B., Pacheco D., Carneiro da Cunha M., Diaz S. (eds.): *Knowing our Lands and Resources: Indigenous and Local Knowledge of Biodiversity and Ecosystem Services in the Americas*, Paris, Unesco, vol. 11 : 148-167.
- EMPERAIRE L., PERONI N., 2007 – Traditional management of agrobiodiversity in Brazil: A case study of manioc. *Human Ecology*, 35 (6) : 761-768.
- EMPERAIRE L. et al., 2021 – « Gerar, cuidar e manter a diversidade biológica ». In Carneiro da Cunha M., Magalhães S. B., Adams C. (eds.): *Povos tradicionais e Biodiversidade no Brasil. Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças*, São Paulo, SBPC, vol. 7 : 351.
- FERRAZ DA CUNHA PINHEIRO T., 2018 – *Cidades e roças na Amazônia: histórias de vida e cotidiano de mulheres indígenas em Santa Isabel do Rio Negro (AM)*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro), 2021 – *PGTA Wasu – Plano de Gestão Indígena do Alto e Médio Rio Negro* (Scolfaro A., Dias C. – eds.). São Gabriel da Cachoeira, AM.
- FRANÇA L., 2023 – *Comer e viver: o sistema alimentar indígena do Rio Negro*. Tesis de doutorado, Universidade federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- GALVÃO E., 1960 – « Elementos básicos da horticultura de subsistência indígena ». In Galvão E. (ed.): *Encontro de Sociedades: Índios e brancos no Brasil*, São Paulo, Paz e Terra : 229-256.
- GARNELO L., BARRETO BARÉ G. (eds.), 2009 – *Comidas tradicionais indígenas do Alto Rio Negro*. Manaus, Fiocruz.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Agência de notícias), 2023 – Censo 2022 : Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal>
- IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), 2005 – Dossiê Patrimônio imaterial e Biodiversidade (coord. M. Carneiro da Cunha, M.). *Revista do Patrimônio*, 32. http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/rev_pat_n32.pdf
- IPHAN, 2010 – *Dossiê de registro – Sistema agrícola tradicional do Rio Negro* (textos Emperaire, L., Velthem, L. H. v., Oliveira, A. G. d., Santilli, J., Carneiro Da Cunha, M., & Katz, E.). Brasília, Acimrn, IRD, Unicamp-CNPq, 232 p.
- KATZ E., 2009 – Alimentação indígena na América latina: comida invisível, comida de pobres ou patrimônio culinário? *Espaço Ameríndio*, 3 (1) : 25-41.
- KATZ E., 2017 – « Alimentar-se em uma pequena cidade amazônica: entre a urbanidade, o rio e a floresta ». In Collaço J. H. L., Barbosa F. A. C., Roim T. P. B. (eds.): *Cidades*

e consumo alimentar. Vol. 2. *Tradição e modernidade do comer contemporâneo*, Goiânia, Universidade Federal de Goiás, Editora da Imprensa Universitária Digital : 19-52.

LEPRUN J.-C., 1994 – *Orstom-Brésil. Trente ans de coopération scientifique*. Paris, Orstom.

MMA (Ministério do Meio Ambiente), 2006 – Agrobiodiversidade e Diversidade cultural, atas do Encontro Nacional Brasília 28-29 de novembro de 2003. *Biodiversidade*, 20, Secretaria de Biodiversidade e Florestas.

Musa (Museu da Amazônia), 2023 – Aturas, mandiocas, beijus. Catalogue de l'exposition, Manaus. https://museudaamazonia.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Catalogo-Aturas-mandiocas-beijus_english_web.pdf

NERI, C.T., 2020 – A casa das frutas de Santa Isabel do Rio Negro (AM) e a salvaguarda do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro. *Cadernos de Salvaguarda de Bens registrados*, Iphan, 1: 23-39.

OLIVEIRA A.G. (de), CABALZAR A., 2021 – « A experiência de sua implementação entre os povos indígenas do Rio Negro/AM – Desdobramentos, impactos e problemas ». In Sant'Anna M., Queiroz H. L. (eds.): *Em defesa do patrimônio cultural, percursos e desafios*, Vitória, Editora Milfolhas: 785-806.

ONU, 2018 – 39/12. Déclaration des Nations Unies sur les droits des paysans et des autres personnes travaillant dans les zones rurales, 39/12 Conseil des Droits de l'Homme, New York, ONU.

PINTON F., 2001 – Marché en hausse, savoirs en baisse ? Diversité variétale du manioc, gestions locales et marché de la farine en Amazonie (Brésil, Guyana). Contrat 98N62/0086. Rapport final, Paris, CNRS.

RIBEIRO B. G., 1995 – *Os Índios das águas pretas*. São Paulo, Edusp/Companhia das Letras.

SANT'ANNA M., 2021 – « Memórias e desdobramentos do debate sobre a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial ». In Sant'Anna M., Queiroz H. L. (eds.): *Em defesa do patrimônio cultural, percursos e desafios*. Vitória, Editora Milfolhas : 533-562.

SANTILLI J., 2012 – *Agrobiodiversity and the law: regulating genetic resources, food security and cultural diversity*. New York, Earthscan.

SANTONIERI L., BUSTAMANTE P. G., 2016 – Conservação ex situ e on farm de recursos genéticos: desafios para promover sinergias e complementaridades. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 11: 677-690.

SAUER C. O., 1950 – « Cultivated plants of South and Central America ». In Steward J. H. (ed.): *Handbook of South and Central America Indians*, Washington, D.C., Smithsonian Institution of American Ethnology : 487-543.

SCHMIDT, M. V. C., IKPENG, Y. U., KAYABI, T., SANCHES, R. A., ONO, K. Y., & ADAMS, C., 2021 – Indigenous Knowledge and Forest Succession Management in the Brazilian Amazon:

Contributions to Reforestation of Degraded Areas. *Frontiers in Forests and Global Change*, 4(31). doi:10.3389/ffgc.2021.605925

SHOCK M. P., WATLING J., 2022 – Plantes et peuplement : questions et enjeux relatifs à la manipulation et à la domestication de végétaux au Pléistocène final et à l'Holocène initial au Brésil et en Amazonie. *Brésil(s)*, 21. <https://doi.org/10.4000/bresils.12408>

SILVA A., DINIZ L., GARCIA A., BANIWA A., SILVA A., VALENCIA C. ... BRAZÃO A., 2016 – *Pimenta Jiquitaia Baniwa*. São Gabriel da Cachoeira, São Paulo, Foirn, Oibi, ISA. <https://www.artebaniwa.org.br/pimenta-baniwa/>

SIMONI EIDT J., UDRY C. (eds.), 2019 – *Sistemas agrícolas tradicionais no Brasil*. Brasília, Embrapa.

TREFAUT M. D. P., 2013 – *Dona Brazy, cozinha tradicional amazônica*. São Paulo, BEL.

VELTHEM L. H. (van), 2014 – *Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Jurubaxi – Téa, Município de Santa Isabel do Rio Negro (Amazonas)*. Brasília, Fundação Nacional do Índio.

VELTHEM L. H. (van), EMPERAIRE L., KATZ E., NERI C. A., 2016 – *Manivas, aturás e beijus: o sistema agrícola tradicional do Rio Negro, patrimônio cultural do Brasil*. Brasília, Acimrn. https://projetopacta.files.wordpress.com/2017/11/manivas_aturas_beijus_2016.pdf

Siglas

Acimrn : Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro
Adpic : Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual ligados ao Comércio
AgroParisTech : Instituto Nacional das Ciências e Indústrias do Vivo e do Meio ambiente
ANR : Agência Nacional de Pesquisa
Arcus : Ações em Regiões de Cooperação Universitária e Científica
Asiba : Associação Indígena de Barcelos

BNDES : Banco Nacional de Desenvolvimento
BPBES : Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos
BRG : Comissão dos Recursos Genéticos

Cataproa : Comissão dos Alimentos Tradicionais dos Povos da Amazônia
CDB : Convenção sobre a Diversidade Biológica
CDS : Centro de Desenvolvimento Sustentável (UnB)
Cefe : Centro de Ecologia Funcional e Evolutiva (CNRS)
CGEN : Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (MMA)
Cirad : Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento
CNPq : Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (MCTI)
CNRS : Centro Nacional da Pesquisa Científica
Colam : Projeto de Pesquisa Coleções dos Outros e Memórias de Encontro: Objetos, Plantas e Histórias da Amazônia (Opus)
Consea : Conselho Nacional de Segurança Alimentar

DPI : Departamento do Patrimônio Imaterial (Iphan)
Durr : Programa Interdisciplinar Dinâmica e Usos dos Recursos Renováveis (IRD)
EHESS : Escola dos Altos Estudos em Ciências Sociais

Embrapa : Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Esalq : Escola Superior de Agronomia Luís de Queiroz (USP)

FAO : Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
Foirn : Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
Funai : Fundação dos Povos Indígenas

IAC : Insrituto Agrônômico de Campinas
Idam : Instituto de Desenvolvimento do Estado do Amazonas
Inpa : Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
IPBES : Plataforma Internacional para a Biodiversidade e os Serviços Ecossistêmicos
Iphan : Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPLC : Indigenous Peoples and Local Communities
IRD : Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento
ISA : Instituto Socioambiental

MMA : Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Mapa : Ministério da Agricultura e Pecuária
MDA : Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
MCTI : Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Mespt : Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (CDS)
MNHN : Museu Nacional de História Natural
MPEG : Museu do Pará Emílio Goeldi
MPF : Ministério Público Federal

Oibi : Organização Indígena da Bacia do Içana
OMC : Organização Mundial do Comércio
Ompi : Organização Mundial da Propriedade Intelectual
ONG : Organização não Governamental
ONU : Organização das Nações Unidas
Opus : Observatório dos Patrimônios – Sorbonne Universidade
Orstom : Centro de Pesquisa Científica e Técnica de Ultra-Mar
Oscip : Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAA : Programa de Aquisição de Alimentos
Pacta : Populações, Agrobiodiversidade e Conhecimento Tradicional Associado
PNAE : Programa Nacional de Alimentação Escolar

Resex : Reserva Extrativista

SAT : Sistema Agrícola Tradicional

SAT-RN : Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro

SAT-Vale do Ribeira : Sistema Agrícola Tradicional do Vale do Ribeira

Sepror : Secretaria de Estado da Produção Rural (Amazonas)

Sipam : Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial (FAO)

TCPI : Termo de Consentimento Prévio Informado (CGEN)

UFRJ : Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRR : Universidade Federal de Roraima

UICN : União Internacional para a Conservação da Natureza

UMR Paloc : Unidade Mista de Pesquisa “Patrimônios Locais, Meio Ambiente e Globalização” (IRD/MNHN/CNRS)

UMR Sens : Unidade Mista de Pesquisa “Saberes, meio ambiente e Sociedades” (Cirad/IRD/Univ. Montpellier 3)

UnB : Universidade de Brasília

Unesco : Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Unicamp : Universidade Estadual de Campinas

USP : Universidade de São Paulo



Déployer la recherche
Partager la science
Transformer l'avenir

COLLECTION **Chemins d'impacts**

www.editions.ird.fr